

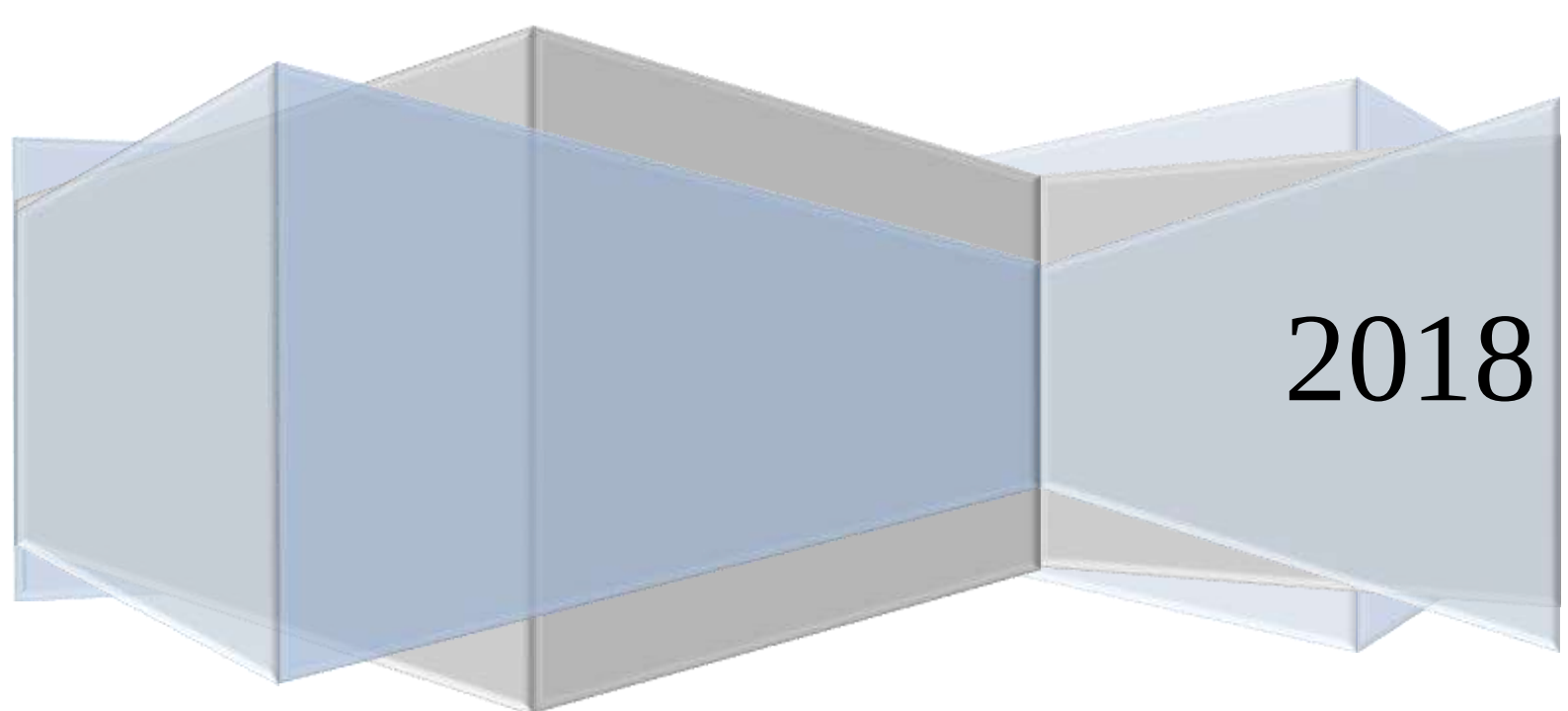
**Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
(ISERJ/FAETEC)**

Projeto Pedagógico

Licenciatura em Pedagogia - Parfor

Adequado a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP.

Adequado a PORTARIA Nº 82, DE 17 DE ABRIL DE 2017 - CAPES



2018



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia Parfor (PPC - Parfor) a ser realizado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Este PPC busca atender a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP, onde são definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada, contemplando a PORTARIA Nº 82, DE 17 DE ABRIL DE 2017 - CAPES e DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009 onde se instituem a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; disciplinada pela atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento à programas de formação inicial e continuada

Para adequação dos projetos pedagógicos ocorreram atividades de estudo e discussão sobre o projeto do curso. Foram legislações que fundamentaram a proposta de PPC Licenciatura Pedagogia - Parfor descrita neste documento:

- a) RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15/05/ 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia;
- b) RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- c) RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP;
- d) Decreto nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009;
- e) Portaria MEC 883, de 16 de setembro de 2009;
- f) Portaria MEC nº 1.087, de 10 de agosto de 2011;
- g) Portaria CAPES nº 82 de 17 de abril de 2017 - Regulamento Parfor;
- h) Portaria CAPES nº 159 de de 15 de agosto de 2017.

As atividades foram conduzidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) atendendo a Resolução 01 de 17 de junho de 2010 (MEC/INEP). Esta, define as atribuições acadêmicas de acompanhamento da concepção e consolidação contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação. Foram realizadas ao todo onze (12) reuniões do NDE, entre fevereiro e maio de 2018, com registro em ata, tendo se constituído como colegiado ampliado por promover a participação de todos os professores. Estes eram convidados, a partir de divulgação pública de dias e horários, para o estudo.

Tendo em vista as especificidades do projeto pedagógico para adequação à formação de professores em serviço, a Coordenação Geral de Ensino Superior junto da Coordenação de Curso de Licenciatura em Pedagogia, adequaram os elementos norteadores para definição de disciplinas (carga horária disciplinar, distribuição por semestres e ementas).

Foram definidos alguns indicadores, assim descritos: o primeiro indicador refere-se à concepção de um curso de formação de professores, princípios, condições de ensino e de aprendizagem, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, adequado à formação de professores em exercício. Estão, estes referenciais, presentes nos Art. 1º e 2º da RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15/05/ 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de



Pedagogia, combinado com a Lei nº 11.273 de, 6 de fevereiro de 2006, e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, conforme Lei nº 13.005 de, 25 de junho de 2014.

A partir da concepção e do perfil do curso iniciaram-se as reflexões por temas descritos abaixo. Em algumas vezes, ocorreu a necessidade de organização de grupos focais de professores por área de investigação e de docência. A seguir destacamos algumas das reflexões que conduziram o estudo e a definição do que apresentamos como projeto do curso de Pedagogia, modalidade licenciatura.

1 Em relação a distribuição por períodos e carga horária:

- 1.1 .Considerado como parâmetro inicial a **oferta do curso no turno noturno e a possibilidade de aulas aos sábados (exclusivamente para modalidade semipresencial online/tutoria).**
- 1.2 Oferecer **ao licenciando de Pedagogia o conhecimento do perfil do curso, nos quatro primeiros períodos letivos**, antes do início do estágio obrigatório. Este ocorre a partir do quinto período até o oitavo período no **campo da docência e da gestão, abrangendo o espaço formal e não formal.**
- 1.3 Considerou-se a necessidade de criar condições objetivas de distribuição de carga horária para que o licenciando em Pedagogia tenha oportunidades efetivas de realizar a carga horária/atividades de estágio obrigatório, a partir do quinto período, dentro do próprio turno de matrícula.

Esta discussão decorreu do entendimento de que os discentes são docentes em exercício, o que possibilitou vivências/atividades específicas e, muitas vezes, com similaridade ao que é realizado no estágio em nível superior, o que implica no estudo de adequação da carga horária do estágio curricular supervisionado, conforme determina a Resolução CNE/CP nº- 2/2002, art. 1º-, parágrafo único, compreenderá a possibilidade de até 200 (duzentas) horas. De acordo com a disponibilidade de vagas de estágio, o discente poderá escolher outro horário para cumprir a carga horário de estágio, uma vez que o ISERJ funciona em 3 turnos.

- Considerando-se este diagnóstico do perfil do licenciando do curso de Pedagogia, do ISERJ, decidiu-se distribuir as disciplinas, a partir do **quinto até o oitavo período**, garantindo a possibilidade de dia (s) livres para realização do estágio obrigatório, dentro do turno de matrícula.
- A carga de estágio obrigatório, a partir do **sétimo período**, que se realiza fora do ISERJ, em escolas da rede estadual, no campo do ensino médio/formação de professores, tem evidenciado ser um processo lento e difícil em função da oferta cada vez mais restrita de vagas. Este fato vem obrigando os discentes a buscar estágio em municípios fora da cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, contudo dada as características dos discentes Parfor estarem inseridos no mercado de trabalho, esta caracterização pode ser um facilitador, que será alvo de investigação pelo setor estágio do ISERJ.

1.4 – A quarta discussão e decisão considerou a perspectiva de que vivemos uma **“ESCOLA INCLUSIVA”**. O Colégio de Aplicação, CAP-ISERJ, tem discentes incluídos na educação infantil, no ensino fundamental (regular e EJA), no ensino médio, além da própria Educação Superior. Portanto, as vivências do campo das discussões teóricas e metodológicas da educação especial ocorrem em todos os períodos de estágio, do quinto ao oitavo, pela perspectiva da escola inclusiva. Em todos os campos de estágio há discentes incluídos. Destacamos que na Educação Superior há licenciando(s) incluídos. Destacamos que a estrutura intrínseca do CAP-ISERJ permite que os discentes acessem as escolas deste colégio, campo fecundo para o estágio obrigatório. Somente o estágio de sétimo período, na modalidade de Formação de Professores, ocorre



fora do ISERJ, em Colégios da Rede Estadual de Educação. Portanto, os estagiários do curso de Pedagogia vivenciam uma escola inclusiva.

1.5- A quinta discussão e decisão considerou o **perfil do egresso do curso de Pedagogia**- RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (licenciatura), no Art. 2º: à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Assim, distribuimos os estágios da seguinte forma:

- Quinto período: Educação Infantil;
- Sexto Período: Ensino Fundamental (regular e Educação de Jovens e Adultos);
- Sétimo Período: Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar.
- Oitavo Período: Gestão

1.6 – A sexta discussão e decisão considerou a perspectiva de ampliação da oferta de disciplinas adequando-se a **definição dos núcleos de estudos**, previstos no Art. 12, da Resolução de 2015: considerando a trajetória do curso de Pedagogia, implantado a partir de 2009, decidiu-se ampliar de três (03) para quatro (04) os núcleos, a saber:

- Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias.
- Núcleo de aprofundamento de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

1.7- A sétima discussão e decisão considerou a importância de **articular as disciplinas de “Fundamentos e Metodologias” com as disciplinas de “Práticas pedagógicas” e a etapa de estágio obrigatório posterior e/ou em curso** a cada uma destas disciplinas, numa perspectiva de metodologia de seminários, onde os discentes Parfor tragam para a comunidade acadêmica suas práticas e rotinas. Esta dinâmica possui interessantes efeitos acadêmicos para o ISERJ, pois fortalece os arquétipos e contextualização do acervo de histórias e memórias.

1.8 - A oitava discussão e decisão se refere a ampliação das modalidades de educação. Consideraram-se as que estão definidas na RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Assim, ocorre a inclusão das disciplinas obrigatórias: **Tópicos especiais na Educação do campo/Quilombola/Indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais**. Desta forma, ao se tornarem obrigatórias, estas disciplinas contribuem para a consolidação de uma “ESCOLA INCLUSIVA” comprometida com a visibilização de segmentos sociais, em geral pouco contemplados nas propostas curriculares.

1.9- A nona discussão e decisão se refere à **organização da matriz com a maior flexibilidade** possível, diminuindo-se o número de disciplinas com pré-requisitos. Acreditamos que os licenciandos podem desenhar sua trajetória acadêmica, em



função de algumas variáveis como áreas de interesse; são “trabalhadores-discentes”, precisando conciliar tempo/estudo/trabalho, dentre outras variáveis.

Portanto, adequa-se o projeto do curso de Pedagogia, encaminhado neste documento, às legislações citadas acima oriundas do **Ministério da Educação**- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno; da Portaria nº 82 da CAPES; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (dezembro de 2017); da **Mantenedora** (Fundação de Apoio à Escola Técnica-FAETEC) e da **Mantida** (Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro-ISERJ); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Interno da IES; Orientações e regulamentos-FAETEC.

Considerando as legislações acima, constituíram-se os documentos específicos do curso de Pedagogia: proposta pedagógica, matriz curricular, regulamentos e normas de funcionamento.



Entrada Principal do Iserj

JULHO de 2018



Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	8
1.1 Dados Gerais da Mantenedora e da Mantida	8
1.2. Perfil e Missão	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	11
2.1. Dados Gerais do Curso	11
2.2 Acesso ao Curso	12
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	14
3.1 Princípios do Curso: Aspectos Gerais	14
3.2 Perfil do Egresso.....	14
3.3 Área de atuação	15
3.3.1 Coerência do Projeto Pedagógico e Diretriz Curriculares Nacionais	15
4. PROJETO DO CURSO: FORMAÇÃO	16
4.1 Estrutura Curricular	16
4.2 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias.....	17
4.2.1 Disciplina obrigatória: LIBRAS	19
4.2.2 Disciplina obrigatória Educação das Relações Étnico- Raciais.....	19
4.2.3 Disciplina obrigatória: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	19
5. PROCEDIMENTOS E ATENDIMENTOS A EDUCAÇÃO SUPERIOR	20
5.1 Procedimentos de Ensino-Aprendizagem	20
5.1.1 Estratégias de Flexibilização Curricular, Contextualização e Interdisciplinaridade.....	20
5.2 Atendimento ao Discente.....	20
5.2.1 Programa Institucional de Monitoria	20
5.2.2 Atividade Extraclasse	20
5.2.3 Acesso a Registros Acadêmicos	20
5.2.4 Condições de acesso para pessoas com necessidades diferenciadas.....	21
5.2.5 Programa Institucional de Nivelamento	21
5.2.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógicos	21
5.2.7 Setor Espaço de Inclusão	22



5.2.8 Centro Acadêmico	23
5.3 Procedimentos de Avaliação	23
5.3.1 Da Aprovação:.....	24
5.3.2 Da Reprovação:	24
5.3.3 Do Exame Final:.....	24
5.3.4 Da Segunda Chamada.....	24
6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO	26
6.1 Estágio Curricular Supervisionado	26
6.1.1 Estágio Curricular Superviado Parfor.....	28
6.2 Trabalho de Conclusão de Curso	29
7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACC).....	29
8. CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.	31
8.1 Da Coordenação do Curso.....	31
8.4 Do Corpo Docente.....	32
8.5 Do Corpo Técnico e Administrativo.....	32
9. INSTALAÇÕES FÍSICAS	32
9.1 Instalações Gerais	32
9.2 Biblioteca.....	32
10. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	34
10.1 Brinquedoteca como Espaço de Formação	34
10.1.1 Ações Curriculares	35
10.2 Mobilização Educacional (Mob.E).....	36
10.3.Laboratório de Movimento e Arte	36
10.4 Laboratório PROMEMO	37
10.5 Laboratório Didático: Complexo De Biologia.....	37
10.6 Laboratório de Informática	37
10.8 OUTROS.....	38
REFERÊNCIAS	38
ANEXO 1: MATRIZ CURRICULAR (2018).....	42



Governo de Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria de Educação Superior
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro



ANEXO 2 – EMENTAS	43
ANEXO 3 - CORPO DOCENTE	51
ANEXO 4 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR	52



Governo de Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria de Educação Superior
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

1.1 Dados Gerais da Mantenedora e da Mantida

MANTENEDORA: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA (FAETEC)

Município - Sede: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

C.G.C. / C.N.P.G no. 031.608.763/0011-15

Endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, CEP 21.311-280

Tel/fax (21) 2332-4108

Endereço eletrônico: desup@faetec.rj.gov.br

MANTIDA: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ)

Ato de Credenciamento da IES: Decreto Nº 24.338 de 03 de junho de 1998

Data de publicação no DO:

Processo: Processo Nº: E-03/100.498/2003

Ato de Autorização do curso:

Data de publicação no DO: D.O. de 09/07/2009

Processo: parecer CEE nº 010/2009

Município - Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 Bairro: Praça da Bandeira CEP: 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-1749

Site: www.iserj.net **E-mail:** diretorageral@iserj.net

Ato de Renovação do Reconhecimento do curso:

Data de publicação no DOERJ: 03/10/2017

Processo: parecer CEE nº 72 de 01/08/2017

Homologação: Portaria CEE/RJ n. 3633 de 27/09/2017

1.2. Perfil e Missão

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) é a mantenedora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social– SECTIDS – Estado do Rio de Janeiro, a qual proporciona o aporte de financiamento, recursos humanos e materiais. É princípio norteador do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) formar discentes e professores, nos níveis, etapas e modalidades de ensino, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), com a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.



1.3 Breve Histórico da Instituição- ISERJ

No dia 5 de abril de 1880, com a presença de sua majestade o Imperador Pedro II, foi inaugurada a Escola Normal do Município da Corte, no Salão Nobre do Imperial Colégio Pedro II. Nessa ocasião, o Conselheiro Francisco Ignácio Homem de Mello – Barão Homem de Mello, Ministro dos Negócios do Império, em nome de Sua Majestade o Imperador, instalou, solenemente, a Escola Normal da Corte, discursando em seguida, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, o primeiro Diretor. De 1880 a 1885, Benjamim Constant foi o diretor da Escola.

Pelo Decreto 6.379 de 30/11/1876 foi criada a Escola Normal do Município da Corte, compreendendo dois estabelecimentos: um para rapazes e outro para moças, este em regime de internato. O curso era de três anos, porém a conclusão de dois anos habilitava para o exercício do magistério primário, e a conclusão de três anos para o magistério do ensino secundário. Matricularam-se, logo após a instalação da Escola Normal da Corte, 88 moças e 87 rapazes, tendo o início das aulas ocorrido em maio daquele ano nas salas do Colégio Pedro II, de acordo com as instruções ministeriais.

Em 1888, a Escola Normal da Corte foi transferida para o prédio da Escola Central no Largo de São Francisco e, nesse mesmo ano, para o prédio da atual Escola Técnica Rivadávia Correia, onde permaneceu até 1914. A seguir, foi transferida para a escola Estácio de Sá, depois Escola Pedro Varela, na Rua de São Cristóvão, nº 18, atual Rua Joaquim Palhares. A Escola Pedro Varela foi demolida para a construção da Estação do Metrô Estácio.

Fernando Azevedo e Lourenço Filho sonhavam com um edifício de salas amplas, bem iluminadas, com acesso através de galerias espaçosas, para abrigar a Escola de Formação de Professores. O Prefeito Prado Júnior adquiriu uma grande área existente na Rua Mariz e Barros, Praça da Bandeira, até então utilizada como entreposto de carroças para distribuição de carne aos açougues, e nela mandou construir o edifício de três andares.

Em meados de 1930 o prédio estava praticamente pronto. A inauguração foi marcada para o dia 12 de outubro de 1930. No entanto, com a Revolução surgiu a notícia de que Getúlio Vargas estava vindo com tropas revolucionárias do Sul do Brasil, procurando um lugar para se aquartelar no Rio de Janeiro. Temendo perder o novo prédio, diretores, professores, funcionários, discentes e pais de discentes se uniram em mutirão e às pressas fizeram a mudança da Escola Pedro Varela, no Estácio, para o novo prédio da Rua Mariz e Barros, nº 273.

O Prof. Anísio Teixeira obteve do Prefeito Pedro Ernesto o Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, que transformou a antiga Escola Normal em Instituto de Educação, tendo como diretor o Prof. Manoel Begstrom Lourenço Filho. Por esse Decreto cabia ao Instituto de Educação “[...] ministrar educação secundária a ambos os sexos, preparar professores primários e secundários e manter cursos de continuação e aperfeiçoamento para professores.” Assim é que o Instituto passou a ter Escola Secundária, Escola de Formação de Professores, além da Escola Primária (Grupo Escolar) e Jardim de Infância.

Com a criação no Rio de Janeiro da Universidade do Distrito Federal, em 1935, pelo Decreto 5.512, o Instituto de Educação foi incorporado a essa instituição através da Escola de Formação de Professores, que passou a denominar-se Escola de Educação. A referida Universidade teve como reitor o Prof. Anísio Teixeira, e a Escola de Educação do Instituto, que formava professores secundários, teve como Diretor o Prof. Lourenço Filho.

O Decreto nº 6.215, de 21 de maio de 1938, reorganizou a Universidade do Distrito Federal e retirou do Instituto de Educação o Curso de Formação de Professores Secundários, anexando-o à Faculdade de Educação da universidade. O Instituto de Educação passou então a constituir-se dos cursos Jardim de Infância, Grupo Escolar, Ginásial e Normal.



A partir de 1946, o Ensino Normal do Instituto de Educação passou à subordinação direta da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e, posteriormente, Estado da Guanabara. Após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1974, a Secretaria foi reestruturada e criou os Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho. O Instituto de Educação passou a ser sede desse Centro de Educação e Cultura, coexistindo como Unidade Experimental CREC/RJ.

Em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no.5692 de 1971 o curso Normal passou a denominar-se Curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª séries do primeiro grau e o magistério foi incorporado às demais habilitações oferecidas no segundo grau.

Nos anos 80, do século XX, o processo de redemocratização do país traz para o debate a docência como base de formação do pedagogo. Movidos por esse ideal, alguns cursos de Pedagogia das Faculdades de Educação assumem a docência como base de identidade da formação do pedagogo, com ênfase na formação do professor para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa tendência é incorporada no texto da LDB 9394 de 1996 que ressalta em seu artigo 62 que, “[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

Mais recentemente, através do Decreto nº 23.482, de 10 de setembro de 1997, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi transferido para o âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC) - vinculada a então Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - e, transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Com o objetivo de resgatar a importância desta instituição que sempre desempenhou papel relevante na formação de professores no cenário educacional, e com fins de cumprir com as exigências decorrentes da LDB 9394/96, o Curso Normal, até então oferecido pelo Instituto de Educação, foi transformado em Curso Normal Superior, tendo início em junho de 1999.

Em decisão unânime de 13 de outubro de 1998, o Conselho Estadual de Educação, Processo Nº: E- 03/100.248/98, através do Parecer 258/98, credencia o Instituto Superior de Educação - ISERJ e autoriza o funcionamento do seu Curso Normal Superior. Faz, ainda algumas recomendações para que se dê prosseguimento ao programa de capacitação de seus professores em nível de Pós-Graduação *lato sensu* e que se estude a criação de programas especiais de adaptação e complementação de estudos, visando a adaptação às novas exigências da Lei Nº 9394/96, em particular ao art. 87, que estabeleceu a exigência da formação superior para todos os professores de Educação Básica até o final da "década da Educação".

Com base na documentação e detalhado relatório elaborado por uma Comissão Verificadora, o Conselho Estadual de Educação, Processo Nº: E-03/100.498/2003, através do Parecer Nº 200/2004, reconhece, pelo prazo de 2 (dois anos), o Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ, sugerindo que se concedam 200 (duzentas) vagas, sendo 100 (cem) para o primeiro semestre e 100 (cem) para o semestre subsequente, devendo, ainda, implementar e desenvolver práticas investigativas de iniciação à pesquisa, implementar um processo de informatização da biblioteca, assinatura de periódicos e revistas especializadas, estabelecer um plano de carreira para o corpo docente e desenvolver ações permanentes que visem à conservação e preservação das instalações físicas do estabelecimento, dentre outras.

A renovação do reconhecimento do Curso Normal Superior se deu com o Parecer Nº 021/2008 de 19/02/2008 que reconhece o Curso com a finalidade de diplomação dos discentes nele matriculados até aquela data.



Em 30/11/2007 o Conselho Diretor do ISERJ aprovou o envio ao Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ) de proposta de equivalência da Licenciatura Normal Superior para a Licenciatura em Pedagogia. Através do parecer CEE nº 010/2009 foi aprovado o Regimento Interno do Instituto Superior do Rio de Janeiro-ISERJ e autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Pedagogia (D.O. de 09/07/2009 pag.09).

Destaca-se na estrutura do ISERJ o Colégio de Aplicação, CAP/ISERJ. Os Segmentos que o compõem são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Formação Geral e Cursos Técnicos). O CAP-ISERJ abriga também as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Em 2011, o decreto 43.068 de 08 de julho de 2011 dispôs sobre a transferência das Escolas Estaduais de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa e Professora Maria Ivete Correa de Vasconcelos para a FAETEC. Em Portaria FAETEC/PR 323 de 29 de julho de 2011, passaram a funcionar como Espaços de Educação Especial do CAP-ISERJ. O corpo discente matriculado nestes Espaços é composto por jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. A Creche Casa da Criança, sito à Rua Clarimundo de Melo, nº 847, Bairro Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, vinculou-se ao ISERJ através do Decreto de nº 43.448 de 02/02/2012. O Espaço de Inclusão foi aprovado em 22/06/2006 pela FAETEC e teve suas instalações físicas implementadas com equipamentos instalados para atender discentes com necessidades educacionais especiais, através de um projeto encaminhado à FAPERJ, em 23/03/2007 e aprovado neste mesmo ano. (Dec. Lei Federal 7.611 de 17/11/2011). O ISERJ congrega Núcleo de Ensino de Línguas – NEL, desde 2002, oficializado pela FAETEC em 2008. Atualmente o NEL denomina-se LABLIN (Laboratório de Línguas).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Dados Gerais do Curso

Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia Parfor (possibilitado pela autorização da Licenciatura em Pedagogia – ISERJ)

Município - Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 **Bairro:** Praça da Bandeira **CEP:** 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-1749

Site: www.iserj.net

e-mail: diretorageral@iserj.net

Modalidade: Licenciatura Pedagogia Parfor

Ato de Autorização do curso Pedagogia:

- a) Data de publicação no DO: D.O. de 09/07/2009
- b) Processo: parecer CEE nº 010/2009

Ato de Renovação do Reconhecimento do curso Pedagogia:

- a) Data de publicação no DOERJ: 03/10/2017
- b) Processo: parecer CEE nº 72 de 01/08/2017
- c) Homologação: Portaria CEE/RJ n. 3633 de 27/09/2017

Número total de vagas anuais: quarenta (40) vagas por semestre.



Turnos de funcionamento: Noturno

Regime Acadêmico: Seriado Semestral.

Integralização Curricular:

- a) Integralização mínima: Quatro anos (08 períodos)
- b) Integralização máxima: Quatro anos e meio (09 períodos).

Observação: O prazo de integralização foi definido em documento oriundo da FAETEC- CI FAETEC/DESUP: Circular no. 095/2011 de 01 de novembro de 2011. Assunto: Procedimentos acadêmicos atualizados e ajustado para atendimento do Art. 47 parágrafo único e edital nº 19/2018, item 6.2.4 do Programa Parfor.

2.2 Acesso ao Curso

Acesso por cadastro na Plataforma Freire: o candidato deverá manter atualizado seu cadastrado e escolher o curso Licenciatura em Pedagogia. Os candidatos serão selecionados de acordo com a quantidade de vagas disponíveis, mediante sorteio público.

A partir dos dados dos candidatos na Plataforma Freire, a IES entrará em contato com comunicação do agendamento para sorteio das vagas. Os procedimentos de sorteio e de matrícula ocorrerá junto a Secretaria Acadêmica. Entendemos que devemos atender ao máximo de discentes possível, desta forma, será respeitada a ordem da inscrição e na impossibilidade de confirmação, será feita uma lista de espera para posterior contato.

Regime de matrícula: A matrícula será efetivada por sistema de créditos, que configura cada componente curricular, a partir de calendário próprio definido pela Mantida. São respeitadas, neste item, as normas previstas no Regimento Interno do ISERJ para a matrícula, como um todo.

OBS: O discente Parfor deverá obrigatoriamente se inscrever em todos os componentes obrigatórios ofertados no semestre, em atenção ao prazo limite definido pelo Programa, bem como a limitação de reprovações em disciplinas no item 6.2 do MANUAL OPERATIVO DO PARFOR

2.3 Breve Histórico do Curso de Pedagogia e Pedagogia Parfor

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) enquanto instituição de ensino superior surge no final da década de noventa, do século XX, com a implantação do Curso Normal Superior. Em 30/11/2007 o Conselho Diretor do ISERJ aprovou o envio ao Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ) da proposta de equivalência da Licenciatura Normal Superior para a Licenciatura em Pedagogia. Através do parecer CEE nº 010/2009 foi aprovado o Regimento Interno do Instituto Superior do Rio de Janeiro-ISERJ e autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Pedagogia (D.O. de 09/07/2009 p.9).

O projeto do curso de Pedagogia, ora apresentado neste documento, incorpora na sua matriz curricular, as orientações das legislações do MEC/CNS/CES, tais como:



- RESOLUÇÃO CNS/CES n. 1 de 2006, DCNs para o curso de Pedagogia que define o perfil do egresso como sendo o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior que exige a incorporação, no projeto do curso de princípios como a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a defesa da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.
- RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica exigindo a oferta, no projeto do curso, da formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica.

Em 2013 foi implantada a primeira turma Pedagogia Parfor, há época, a turma começou com diagnóstico inicial para conhecer quem eram os “alunos-docentes”, como era a trajetória social e profissional. Com este trabalho pretendeu-se contribuir para compreender o(s) significados atribuídos a formação continuada por aqueles alunos que, na prática, já exerciam o magistério. Dessa forma, pretendeu-se resgatar a importância de considerar o professor em sua própria formação, num processo de autoformação, de reelaboração dos saberes iniciais em confronto com sua prática vivenciada. Assim, seus saberes vão-se constituindo a partir de uma reflexão na e sobre a prática. Reconhece-se o professor como sujeito de um saber e de um fazer, enfatiza-se a questão dos saberes que são mobilizados na prática, ou seja, os saberes da experiência.

A organização curricular dos curso de graduação em Pedagogia do ISERJ prevê tratar a reflexão epistemológica sobre os conteúdos ensinados, de forma a levar o aluno a se responsabilizar com sua aprendizagem e com os procedimentos que, quando postos em ação, produzem conhecimentos válidos. Nesse sentido, buscamos responder aos desafios de desenvolver, aplicar e avaliar as novas concepções pedagógicas para a educação, especificamente, com uma formação de professores voltada para o uso de tecnologias. Esta formação, prioritariamente, ocorre por experiência direta na aprendizagem, no papel exato de aluno, levando-o a compreender as dificuldades e as habilidades necessárias ao aprendizado e por extensão ao ensino.

O projeto específico do ISERJ considera que uma educação de qualidade pressupõe políticas de formação de professores, projetos pedagógicos institucionais diferenciados como variáveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, ambiental, econômico e social do estado. Uma educação de qualidade, comprometida com desenvolvimento científico e tecnológico pressupõe investir na formação de professores.

Tomamos como premissa que a licenciatura em Pedagogia do ISERJ deve possibilitar ao aluno o desenvolvimento de capacidades de análises e sínteses para se apropriar de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação, formação, cultura, pedagogia, processo educativo, saber educativo, dentre outros, a partir de um enquadramento epistemológico. Do mesmo modo, priorizamos um projeto de curso, na perspectiva da educação especial e inclusiva, a fim de maximizar a igualdade de oportunidades educativas para todos os sujeitos. Buscamos oferecer uma



visão estrutural e cultural necessárias para refletir a heterogeneidade dos alunos e alunas, de forma a possibilitar aos futuros pedagogos recursos instrumentais e atitudinais com a finalidade de acolher a todos na escola.

Consideramos de extrema relevância a questão da formação de professores frente aos sistemas inclusivos que defendem a utilização de estratégias e recursos diferenciados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O conceito de necessidades educacionais especiais é um conceito-chave que agrega outros conceitos, como o de dificuldade de aprendizagem e o de medidas educativas especiais, que demanda adaptações nas perspectivas curriculares. Nessa medida, defendemos o efetivo exercício de pesquisa e de produção científica de conhecimento, ao longo da licenciatura em Pedagogia, com atividades de investigação que possibilitem a construção de conhecimentos no âmbito da Educação. Especialmente, em outras palavras, na relação entre inclusão, tecnologias, práticas de ensino e didática, buscamos identificar tendências no domínio da investigação direcionando o projeto de curso com conteúdo voltados para estes temas.

Por fim, o projeto de curso apresentado tem a identidade de um trabalho de equipe, conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), atendendo a Resolução 01 de 17 de junho de 2010 (MEC/INEP) adaptado pelo Coordenador Geral de Ensino Superior e coordenação de curso Licenciatura Pedagogia em atendimento aos critérios CAPES e perfil discente-trabalhador, com base na experiência administrativa/pedagógica da turma Pedagogia Parfor, com terminalidade ocorrida 2017.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Princípios do Curso: Aspectos Gerais

A partir da Diretriz Curricular Nacional para o curso de Pedagogia - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 - Art. 3º são princípios do curso:

O discente de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A partir da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP, no Art. 3º, § 5º.

[...] a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

3.2 Perfil do Egresso

Busca-se no egresso do Curso de Pedagogia - Parfor o perfil de profissional que pela Educação, seja estimulado a ascender a conhecimentos de conscientização política, social, ética, inovação, criticidade e criatividade com sólida formação teórico-prática e interdisciplinar para desenvolver proposta devidamente contextualizada no campo educacional, tendo em vista o exercício da docência, gestão e organização do trabalho pedagógico considerando a educação formal e informal, capaz de se enxergar como sujeito a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área, que culmine com a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP



Neste horizonte vislumbra-se a missão da formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, Art. 4º.

3.3 Área de atuação

O licenciado em Pedagogia, ao exercer funções previstas no artigo 4º da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, terá como área de atuação a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Considerando-se o artigo 7º. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP os egressos da formação inicial e continuada deverão possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. Este repertório será resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo.

A consolidação da formação virá do exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A formação do egresso do curso de Pedagogia deve possibilitar o conhecimento da instituição educativa. Entendendo-a como organização complexa com a função de promover a educação para e na cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica. A este egresso, é possibilitada a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, assim como em atividades formais e não formais.

3.3.1 Coerência do Projeto Pedagógico e Diretriz Curriculares Nacionais

A proposta pedagógica do curso incorpora atividades de ensino, pesquisa e extensão, descritas no corpo deste texto e dos anexos incluídos neste documento. A estrutura curricular busca atender ao perfil do egresso no que se refere as áreas de atuação do licenciado em Pedagogia e as seguintes legislações: RESOLUÇÃO CNS/CES n. 1 de 2006, DCNs para o curso de Pedagogia; RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior; RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica exigindo a oferta, no projeto do curso, da formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

3.4 Auto avaliação do Curso: Ações Implementadas

O processo de auto avaliação, tendo como base a Comissão Própria de Avaliação (CPA), é fomentado pela mantenedora (FAETEC). A auto avaliação gera relatórios encaminhados a FAETEC, para cumprimento do artigo 29, item X da DELIBERAÇÃO CEE Nº 325, DE 17 DE JANEIRO DE 2012 que “Fixa normas para as Instituições de Educação Superior – IES, mantidas pelo Poder Público Estadual Municipal do Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre o exercício das



funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e cursos superiores que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio de Janeiro”.

O relatório de auto avaliação constitui-se em subsídio para as ações de intervenção pedagógica e na infraestrutura disponível para o funcionamento do curso de Pedagogia. Destacamos dentre as ações implementadas, a partir de 2014, as seguintes:

- a) Informatização da secretaria acadêmica da educação superior;
- b) Melhoria da sala dos professores com disponibilização de computadores para uso dos docentes;
- c) Implantação de espaço específico para a coordenação do curso de Pedagogia; para as chefias de núcleos de estudos; para a orientação acadêmica e para a coordenação de pesquisa e extensão;
- d) Disponibilização de informações institucionais no *site* da instituição como projeto do curso; regulamentos específicos; formulários de estágio, trabalho de conclusão do curso; monitoria;
- e) Criação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- f) Implantação do Núcleo Docente Estruturante NDE;
- g) Consolidação do Programa institucional de Monitoria.

Os questionários aplicados à comunidade acadêmica – Docentes; Discentes; Técnico-administrativo - atende as orientações do Instrumental de Avaliação do MEC/INEP e servirá de forma subsidiária aos relatórios de Acompanhamento CAPES.

4. PROJETO DO CURSO: FORMAÇÃO

4.1 Estrutura Curricular

O curso de Pedagogia Parfor, apresentado neste documento, acolhe a diretrizes do Programa Parfor CAPES e as Diretrizes Curriculares Nacionais constantes da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, artigo 6º e da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP, no artigo 13 na qual afirma que “[...] respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições o projeto do curso deverá garantir”:

a) Carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas

Art. 13. § 1º - Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – Adequação de 400 (quatrocentas) para 200 (duzentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição, tendo em vista o perfil do egresso;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos discentes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da Monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A partir da RESOLUÇÃO 2006 e 2015 observa-se que os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura considerarão na definição da organização a complexidade e



multireferencialidade dos estudos que os englobam; bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, os processos educativos escolares e não escolares, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional.

Na proposta do curso apresentada, neste documento, há 2620 horas distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas ao longo do curso, buscando-se integrar a “prática como componente curricular” com as horas “dedicadas às atividades formativas”, distribuídas ao longo do curso.

b) A integralização de estudos será efetivada por meio de: (Art. 13. § 2º; § 3º; § 4º)

Na organização da estrutura curricular do curso de Pedagogia buscou-se atender ao Art. 13. § 2º; § 3º; § 4º. Estes, orientam os critérios de organização da matriz curricular. Isto influenciou a alocação de tempos e espaços curriculares, a definição das disciplinas (ementas e carga horária), o período de oferta da disciplina, a articulação entre as disciplinas de prática como componente curricular e as do processo formativo distribuindo-se ao longo do curso, estruturadas pelos núcleos, assim como a relação entre teoria e prática. Neste sentido, buscou-se:

- Garantir nos currículos conteúdo específico da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação;
- Garantir formação na área de políticas públicas e gestão da educação, educação especial seus fundamentos e metodologias;
- Incluir disciplinas obrigatórias e ementas temáticas como direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional;
- Incluir Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- Definir o estágio supervisionado, na área de formação e atuação em todas as etapas da educação básica.

c) A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de: (Art. 12)

Na estrutura do curso de Pedagogia do ISERJ, considerando a trajetória do mesmo, implantado a partir de 2009, o NDE responsável por fazer a adequação do Projeto decidiu por ampliar de três (03) para quatro (04) os núcleos de estudos, subdividindo o núcleo de aprofundamento e o de diversificação. Desta forma, este projeto assim constitui os núcleos de estudos do curso de Pedagogia, em função da adequação a Resolução de 2015, a saber:

- Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias.
- Núcleo de aprofundamento de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

4.2 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias

O Curso de Licenciatura em Pedagogia - PARFOR, com uma carga horária total de 3.280 horas, será desenvolvido na modalidade presencial (tempo-universidade) em 80% da carga horária total do curso e na modalidade a semipresencial (tempo-trabalho educativo) em até 20%.

§ 1º O tempo-trabalho educativo se configura como formato para assegurar a pesquisa e a reflexão do processo formativo dos professores, podendo ser realizado a distância a partir da aprovação das disciplinas pela Coordenação Geral,



mediante intervenção da Coordenação de Curso, através da manutenção relação com docentes e discentes do Curso cujas atividades, às vezes, estão inclusas na carga horária de extensão prevista nos componentes curriculares.

§ 2º A modalidade a distância será desenvolvida pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-ISERJ) e em casos especiais na modalidade tutoria, através de um conjunto de atividades planejadas e avaliadas ao longo do Curso, de modo a articular teoria e prática educativa na perspectiva de integração das dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

§ 4º O tempo-universidade se configura, na estrutura curricular, como uma aproximação entre os conhecimentos das ciências da educação e os saberes cotidianos produzidos pelos professores em suas práticas educativas.

§ 5º A Coordenação do Curso, antes do início de cada período letivo irá assegurar um planejamento coletivo entre os professores, de modo a garantir que o tempo-trabalho educativo se realize através de uma atividade integrada que expresse o conjunto de conhecimento das disciplinas ofertadas no tempo-universidade.

O dimensionamento das cargas horárias das disciplinas tem relação com o perfil do egresso definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006, 2015). As cargas horárias estão distribuídas pelos núcleos de disciplinas que constituem a matriz curricular do curso. Foram indicadores para a adequação e dimensionamento das cargas horárias:

- Oferecer ao licenciando de Pedagogia PARFOR o conhecimento do perfil do curso, nos quatro primeiros períodos letivos, antes do início do estágio obrigatório que ocorre a partir do quinto período: no campo da docência e da gestão; do espaço formal e não formal; do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Articular as disciplinas de “Fundamentos e Metodologias” com as disciplinas de “Práticas pedagógicas” e a etapa de estágio obrigatório posterior e/ou em curso.
- Ampliar as modalidades de educação para atender a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Assim, ocorre a inclusão das disciplinas obrigatórias: Tópicos especiais na Educação do campo/Quilombola/Indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Organizar a matriz com a maior flexibilidade possível, diminuindo-se o número de disciplinas com pré-requisitos.

O curso de Pedagogia Parfor considera as Diretrizes Curriculares Nacionais constantes da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, artigo 6º, na qual se afirma que “respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições o projeto do curso deverá garantir”: Carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: Art. 7º Artigo 7: III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Instrumentalizada na forma de normativa pelo Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior de 4 de julho de 2014.

Para esta proposta destacamos a adequação realizada na turma Pedagogia Parfor que se formou em 2017 e que invoca outros formatos de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme PORTARIA NORMATIVA CAPES Nº 7, DE 22 DE JUNHO DE 2009, desta forma, adequada para turmas Parfor, o trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como:

- Dissertação;
- Projetos técnicos;
- Desenvolvimento de aplicativos;
- Desenvolvimento de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas;



- Estudos de caso;
- Manual de operação técnica;
- Protocolo experimental ou de aplicação em serviços;
- Proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente;
- Projeto de aplicação ou adequação tecnológica;
- Projetos de inovação tecnológica;
- Produção artística.

4.2.1 Disciplina obrigatória: LIBRAS

A referida disciplina foi inserida em 2009/2 no Curso de Pedagogia, para o 6º período, de acordo com o DECRETO nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, e regulamentada pela Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Neste projeto, esta disciplina está alocada no 4º período, considerando as etapas posteriores que, em função do estágio obrigatório, colocarão os licenciandos em contato com os discentes da escola básica.

4.2.2 Disciplina obrigatória Educação das Relações Étnico- Raciais¹

A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados. No projeto do curso apresentado há a inclusão de disciplina obrigatória intitulada Educação das Relações Étnico-raciais.

4.2.3 Disciplina obrigatória: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional e promovem a interatividade entre docentes e discentes.

As atividades na área das tecnologias de informação e comunicação associada à formação de professores vêm ocorrendo desde 2014, articuladas ao grupo de pesquisa cadastrado no CNPq-Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC.

O grupo de pesquisa FORPROTEC/CNPq estuda as principais mídias, evidenciando as vantagens e as limitações desses recursos na educação a semi-presencial e na educação presencial. A repercussão desse grupo de pesquisa é:

- (1) promover estudos sobre as plataformas educativas e institucionais;
- (2) estudar a legislação pertinente;

(3) apoiar o desenvolvimento de projetos na FAETEC, em particular no ISERJ, que tenham como referência os estudos sobre a formação de professores e tecnologias educacionais.

¹ Lei 10.639/2003 - Parecer CNE/CP 3/2004



5. PROCEDIMENTOS E ATENDIMENTOS A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A matriz curricular, as ementas e os planejamentos foram atualizados a partir de discussões realizadas a partir das experiências das turmas Parfor (2013 a 2017) e de reuniões de núcleo de estudos com os professores, priorizando a articulação com os objetivos do curso e com o perfil do egresso definido pelas DCNs do curso (2006).

5.1 Procedimentos de Ensino-Aprendizagem

5.1.1 Estratégias de Flexibilização Curricular, Contextualização e Interdisciplinaridade

Com a finalidade de tornar flexível a matriz curricular, o curso de Pedagogia ampliou o número de disciplinas sem pré-requisito e a oferta de disciplinas optativas. Estas, atendem a temas diversificados e atuais, que contemplem, junto à matriz curricular do curso, as necessidades do perfil do egresso dentre outras: discutir problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas; estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; investigar e refletir sobre discentes e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

A disciplinas optativas elencadas no anexo foram pensadas com base na experiência da turma Parfor 2017, quando sinalizada a demanda de instrumentalizar recursos didáticos alinhados com os princípios da Mantenedora.

5.2 Atendimento ao Discente

5.2.1 Programa Institucional de Monitoria

O Programa Institucional de Monitoria do curso de graduação em Pedagogia tem como objetivo possibilitar experiência em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão identificadas com o perfil do egresso do curso de Pedagogia previsto nas diretrizes curriculares nacionais (2006) e no projeto pedagógico do curso: professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; pesquisa na área educacional; gestão de processos educativo; gestão da organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Há regulamento de monitoria aprovado em Conselho/Câmara Acadêmico de Ensino Superior. Para o período de 2018:1 ocorreu lançamento de edital público no mês de abril.

5.2.2 Atividade Extraclasse

O curso de Pedagogia promove, anualmente, eventos na área de Extensão e Pesquisa como Diálogos em Formação e Jornada de Pesquisa e Extensão. Além desses eventos, previstos no calendário institucional, o curso organiza eventos internos e externos como visitas guiadas à cidade em seus aspectos histórico-culturais. Parte-se da compreensão da sala de aula para além dos espaços físicos da instituição de Ensino Superior.

5.2.3 Acesso a Registros Acadêmicos

A Secretaria Acadêmica da Educação Superior é responsável pelo acesso aos registros acadêmicos. Processos como trancamento de matrículas, transferências, solicitação de documentos são feitos, via protocolo geral. Em 2014 a Secretaria Acadêmica iniciou seu processo de informatização. Desde então, foram criados vários sistemas que viabilizam a adaptação de ambientes informatizados. Este processo vem possibilitando novas perspectivas na gestão acadêmica e melhor transparência nos trâmites gerenciais. Foram sistemas implantados:



Sistema Acadêmico Coruja2 - possibilita o controle cadastral dos discentes e docentes, assim como suas avaliações, renovações de matrícula, histórico escolar, emissão de documentos, dentre outros.

Sistema de protocolo online – Ferramenta que facilita, informa e acelera as solicitações discentes sobre todos os procedimentos acadêmicos, como por exemplo solicitações de documentos, trancamento e destrancamento de matrícula, isenções, justificativas de faltas, troca de turno, dentre outros.

Sistema de arquivamento digital – Sistema que controla digitalmente o arquivo permanente da Secretaria Acadêmica facilitando a localização de pastas e documentos.

Sistema de controle de processos – Sistema que gerencia a logística e distribuição dos processos destinados à secretaria, possibilitando seu acompanhamento ao longo das necessidades até o fechamento.

5.2.4 Condições de acesso para pessoas com necessidades diferenciadas

A IES possui Setor Espaço de Inclusão que atende às diferentes necessidades especiais da comunidade acadêmica. Considerando os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior- (SINAES)- Parte 1-Avaliação de Cursos de Graduação (julho de 2013) a acessibilidade deve ser implantada em diferentes níveis para discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Amplia-se o conceito de acessibilidade: atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, pressupondo medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Na educação superior do ISERJ, especificamente no curso de Pedagogia, este debate sobre a inclusão ocorre de forma mais acentuada desde 2014, em função da matrícula de discente que exige a presença de mediador no espaço institucional. O fato em si traz a discussão para o campo do direito de todos à educação e para a igualdade de oportunidades de acesso e permanência, inclusive na etapa de ensino. Para a etapa da realização do estágio obrigatório foram realizadas reuniões com o Setor Espaço de Inclusão, com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, com a família e com a licenciando. Definiu-se Plano de Estágio Individual (PEI), considerando as condições efetivas de presença e participação nas atividades de estágio, incluindo como obrigatória a presença de um professor mediador nas atividades de campo, realizadas nas escolas. Até este momento, 2018.1, a licenciando realizou uma etapa de estágio, correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental, quinto período. O tempo da licenciando para a realização do estágio considera as condições individuais apresentadas. O mediador para as atividades de campo é do Setor Espaço de Inclusão. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico assume a etapa de reflexão, de diálogo, de acompanhamento da escrita do relatório.

5.2.5 Programa Institucional de Nivelamento

O projeto pedagógico do curso prevê disciplinas optativas com o objetivo de flexibilizar a matriz curricular, mas também oferecer aos discentes subsídios de leitura, de atividades pedagógicas, de conteúdos que propiciam a ampliação do conhecimento. Atende a campos de interesse de formação dos discentes.

5.2.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógicos

A implantação do Núcleo de Apoio Psicopedagógicos (NAPs) do curso de graduação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro está implantado desde 2014. São objetivos deste núcleo desenvolver atividades de atendimento à comunidade acadêmica, por encaminhamentos ou demanda espontânea. É público alvo do NAPs os professores e discentes. O NAPs possui em sua equipe profissionais com formação em psicopedagogia. A organização e sistematização do Núcleo



de Apoio Psicopedagógico tem como objetivo identificar, acompanhar e intervir pedagogicamente em situações de frequência, baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem e outras que tenham relação com o processo de formação acadêmica.

5.2.7 Setor Espaço de Inclusão

O Setor Espaço de Inclusão está inserido no Regimento Interno do ISERJ, conforme Seção II – DA EQUIPE TÉCNICA, Parágrafo 1 – Serviços de Apoio Educacional. A proposta da Educação Inclusiva tem como princípio uma escola que deve se preparar para lidar com a diversidade do alunado, recebendo aqueles com necessidades educacionais especiais em uma pedagogia centrada no discente, com suportes para que ele se desenvolva. (UNESCO, 1994).

Conforme resolução do CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a legislação vigente garante que *“Os Sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.”* Dentro deste contexto, o Setor Espaço de Inclusão do ISERJ deve trabalhar em parceria com os outros agentes da educação nos diferentes segmentos do Corpo Administrativo-Pedagógico da Instituição: Direção Geral, CAP, Coordenações, Corpo Docente, SOE e SOP.

É objetivo geral contribuir para o desenvolvimento da política inclusiva institucional do ISERJ, favorecendo a valorização das diferentes formas de existir de todos os seus sujeitos, da Educação Infantil ao Ensino Superior, estimulando a discussão acerca desta diversidade e mobilizando esforços para o desenvolvimento de práticas que levem à efetivação da inclusão social. São serviços de apoio e recursos oferecidos:

- **Projeto Investigativo de Inclusão Lendo e Escrevendo**, que desde 1998 atua junto às series iniciais do Ensino Fundamental. Tem como foco investigar e investir na criação de práticas pedagógicas que consideram os saberes, os interesses e as necessidades de discentes que não conseguem alcançar êxito escolar. Este projeto busca colaborar com novas possibilidades de ensino, além do tempo regulamentar da sala de aula, auxiliando aqueles discentes que necessitem de um suporte pedagógico mais específico, nos campos da leitura e da escrita.
- **Sala de Recursos Multifuncionais**, que deve funcionar como um espaço educativo que oferece serviços de natureza pedagógica para os discentes que apresentam deficiência (sensorial, cognitiva e física), transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados em classes regulares de todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Laboratório de Tecnologia Assistiva**, que funciona no Setor Espaço de Inclusão, oferecendo aos discentes com necessidades educacionais especiais, recursos pedagógicos adaptados (computadores com sintetizador de voz, impressora Braille, material didático-pedagógico em Braille, etc).

Destaca-se, em específico para o curso de Pedagogia o **PROJETO “MEDIÇÃO ESCOLAR: Monitoria no curso de Pedagogia”**. As atividades práticas são realizadas no Colégio de Aplicação, na Casa da Criança, no PROEJA, na Favo de Mel. São atribuições do Monitor em Mediação Escolar:

- a) Aprofundar estudos que fundamentem as práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem dos discentes dos Segmentos: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com Necessidades Educacionais Especiais.



- b) Participar das reuniões de supervisão no Setor Espaço de Inclusão.
- c) O Monitor em Mediação Escolar acompanhará o discente em processo de inclusão nos diferentes espaços escolares: durante atividades pedagógicas, no momento da recreação e atividades extraclasse, sob a orientação do professor regente e supervisão dos profissionais do Espaço de Inclusão.
- d) Participar na elaboração de materiais adaptativos e de acessibilidade, específicos às necessidades do discente, juntamente com a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, do Espaço de Inclusão.
- e) Registrar mensalmente as ações realizadas no Projeto de Monitoria em Mediação Escolar, através de relatório padronizado da Coordenação de Estágio do Ensino Superior.
- f) Participar das Reuniões de Planejamento e Reuniões de Estudo de Caso no Setor Espaço de inclusão, conforme cronograma específico do setor.

As atividades de monitoria, na educação superior, poderão ser equiparadas à carga horária e atividades de estágio obrigatório, conforme o que dispõe a LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, sobre o estágio de discentes (Art. 2º , § 3º) e a _DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013 (Comissão Permanente de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação). Nesta, está prevista a *equiparação da* monitoria, extensão e iniciação científica como “carga horária de estágio obrigatório” com a denominação de Estágio sociocultural ou iniciação científica. No ISERJ esta equiparação tem como pré-requisito, previsão e execução de atividades práticas no Colégio de Aplicação, na Casa da Criança, no PROEJA, na Favo de Mel, no Setor de Inclusão sempre articulada a modalidade e período de estágio para o qual o discente solicita a equiparação.

5.2.8 Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico Cecília Meireles, fundado em 30 de novembro de 1999, sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, é o órgão de representação estudantil do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. O Centro Acadêmico tem por objetivos: Reconhecer, estimular e levar adiante a participação dos discentes do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro em defesa de seus interesses.

5.3 Procedimentos de Avaliação

Os critérios de avaliação consideram desempenho escolar e frequência às atividades previstas no projeto pedagógico do curso. A integralização da carga horária mínima do curso em horas e anos está prevista na:

- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 que “Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial”;
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura”.
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP. Esta define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Projeto Pedagógico do curso: apresentado neste documento.



O aproveitamento escolar é definido em documento da FAETEC- CI FAETEC/DESUP: Circular no. 095/2011 de 01 de novembro de 2011; Regimento Geral do ISERJ e Projeto Pedagógico do Curso, a saber:

A aprovação do discente terá por base notas e frequência. Os discentes deverão frequentar o mínimo de 75% das aulas e atividades previstas e serão avaliados em cada componente curricular.

- a) A avaliação formativa será realizada ao longo do processo, de maneira a acompanhar o desempenho dos discentes.
- b) Os resultados alcançados pelos discentes, individualmente ou em grupo, serão registrados por cada professor.
- c) A média final do período letivo/semestre deverá ser obtida como resultante de, no mínimo, dois (2) instrumentos distintos de avaliação, sendo um obrigatoriamente individual.
- d) A média de aproveitamento final (MF) semestral será obtida através da média aritmética simples dos resultados das avaliações realizadas por cada discente.
- e) Todas as disciplinas constituintes da estrutura curricular terão os mesmos critérios de avaliação e frequência previstos no Regimento.

5.3.1 Da Aprovação:

Será considerado APROVADO o discente que obtiver:

- a) Média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete), em escala que variará de 0 (zero) a 10 (dez).
- b) Frequência de 75% (setenta e cinco por cento) por disciplina/componente curricular;
- c) Nota final mínima de seis (6,0) na Avaliação final (AF), quando houver em decorrência de não obtenção da média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete).

OBS: Caso a média de aproveitamento seja inferior a sete (7,0), porém não inferior a quatro (4,0), o discente terá direito a avaliação final (AF).

5.3.2 Da Reprovação:

Será considerado REPROVADO o discente que **NÃO** obtiver:

- a) Média final (MF) igual ou superior a quatro (4,0) como resultado da média aritmética das avaliações do semestre;
- b) Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada uma das atividades acadêmicas;
- d) Nota do exame final (AF), igual ou superior, a seis (6,0) quando houver em decorrência de não obtenção da média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete).

5.3.3 Do Exame Final:

Terá direito ao Exame Final o discente que:

- a) Obter média final (MF) inferior a **7,0 (sete)** e não menor que 4,0 (quatro), observados os limites de frequência.

OBS: Ao resultado do exame final (F) será atribuída nota que variará de 0 (zero) a 10,0 (dez).

OBS: Será aprovado, após o exame final, o discente que obtiver resultado igual ou superior a 6,0 (seis).

5.3.4 Da Segunda Chamada

O discente que deixar de comparecer à avaliação na data fixada pelo professor, dentro do calendário acadêmico, **DEVERÁ atender as exigências abaixo:**

- a) Requerer no protocolo geral a avaliação em segunda chamada, anexando documentos que justificam ausência à avaliação;



b) Cumprir prazo máximo para a solicitação de 2ª chamada de três (3) dias úteis, após a realização da primeira chamada;

c) Realizar a segunda chamada na data definida pelo professor, dentro do período letivo definido no calendário escolar.

OBS: O discente que faltar à 2ª chamada de provas, previamente estabelecidas, terá nota 0 (zero), com exceção para casos amparados em legislação específica para abono de faltas.

5.3.5 Da Vista e Revisão de Prova

A vista da prova é um direito do discente. Será concedida após a divulgação, pelo professor, da nota de cada avaliação e antes da entrega oficial na Secretaria Acadêmica.

a) A vista da prova ou trabalho é concedida na presença do docente que atribuiu a nota;

b) O discente poderá requerer revisão do julgamento de Prova Escrita, mediante requerimento dirigido ao professor da disciplina/componente curricular, no prazo máximo de dois (2) dias úteis, após a divulgação do resultado;

c) O pedido de revisão deve ser fundamentado, contendo as razões e os pontos de discordância.

d). Caberá em última instância apresentação de consulta e recurso ao Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior.

5.3.6 Do Abandono do Curso (CI/FAETEC/2011)

Será considerado ABANDONO DO CURSO quando o discente

a) NÃO preencher na Secretaria Acadêmica da Educação Superior requerimento de matrícula, ou desistência ou transferência ou trancamento da matrícula;

b) NÃO frequentar as atividades curriculares por dois (2) meses consecutivos, sem justificativa, tendo como consequência a reprovação por falta em todas as disciplinas nas quais está inscrito.

OBS: O discente perderá, em definitivo, o direito à vaga no curso, só podendo ingressar no Ensino Superior mediante processo seletivo.

5.3.7 Do Regime Excepcional de Aprendizagem (CI/FAETEC/2011)

Poderão requerer os benefícios do regime excepcional de aprendizagem os discentes amparados no que dispõem:

I. Decreto-Lei no. 1044/69, a saber:

Art 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os discentes de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art 2º Atribuir a esses discentes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.



Art 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

II. Decreto Lei 6.202/75

Art. 191º Atribui à discente em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares.

Art 192º A partir do oitavo mês de gestação ou do surgimento de complicações decorrentes do estado de gravidez e durante três meses, a discente em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto Lei 1.044 de 21 de Outubro de 1969. Em qualquer caso, é assegurado à discente em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

6.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio curricular supervisionado de ensino, componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica, conforme estabelecido no projeto pedagógico do curso e em legislações nacionais que dispõem sobre o estágio, visam desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação de profissionais para o exercício do magistério, no campo da docência e da gestão.

O Estágio curricular supervisionado de ensino constitui-se em ato educativo, desenvolvido em ambiente compatível com o perfil do egresso, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) e no projeto pedagógico do curso de graduação, visando favorecer o exercício **é promover a formação inicial, em nível superior, de profissionais para atuar na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos - EJA, na área de serviços e apoio escolar (gestão e coordenação) em ambientes escolares e não escolares.**

Na área da docência destaca-se a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, os cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. É constituinte do perfil do egresso do curso de Pedagogia o que está previsto no Art. 4º, Parágrafo único, das DCNs 2006. Este artigo ressalta que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

São objetivos específicos do Estágio curricular supervisionado de ensino proporcionar ao discente-estagiário a OBSERVAÇÃO/COPARTICIPAÇÃO na área do ensino, da gestão, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, em atividades formais e não formais.

O Estágio curricular supervisionado de ensino é normatizado, até o presente momento-maio de 2018- por legislação oriunda do Ministério da Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) e por Lei Federal nº 11.788/09 de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de discentes - e por documentos do Conselho Estadual de Educação (RJ); da FAETEC e do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro- Educação Superior, como:

- a) Do Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno



- RESOLUÇÃO CNE/CP NO. 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 QUE INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS para o curso de Pedagogia (licenciatura);
 - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP- Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
 - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP. Esta define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- b) Do Ministério da Educação- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SINAES: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO-ATOS REGULATÓRIOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS.
- c) Do Conselho Estadual de Educação: DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre a realização de Estágio Supervisionado de discentes do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e da Educação Superior. (Define modalidades de estágio).
- d) FAETEC
- PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010 – Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e de Educação; NORMA INTERNA FAETEC/VPE n. 01/2012: Estabelece normas internas de Estágio Não-obrigatório;
- e) SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010: Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e Educação
- f) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-ISERJ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Geral do ISERJ; Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado de Ensino; Projeto pedagógico do curso de graduação- Pedagogia.

Constituem-se em Campos de Estágio, prioritariamente, o colégio de aplicação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e as instituições escolares e não-escolares, desde que haja celebração de convênio com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

As atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente estagiário, poderão ser equiparadas ao estágio, por estarem presentes no projeto pedagógico do curso, constituindo-se como campos de estágio previstos na LEI FEDERAL nº 11.788/09 de 25/09/2008 e DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013. Nesta legislação as atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica, consideradas como constituintes da formação do educando, são uma das modalidades de estágio previstas no artigo 3º e intitulada de “Estágio sócio cultural ou iniciação científica”.

As atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica, para equiparação ao estágio obrigatório, deverão estar articuladas e (ou) ter aderência ao campo de estágio previsto para o período letivo ao qual o discente solicita equiparação. Quando ocorrer equiparação das atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica o professor responsável por estas



atividades deverá preencher formulário específico da avaliação do discente estagiário, encaminhando ao professor supervisor do estágio, responsável pelo estágio.

As atividades de Estágio terão carga horária, definida no “Planejamento das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado”, a ser desenvolvida, obrigatoriamente nos campos de estágio em acordo com a legislação e o perfil do egresso. A carga horária do Estágio curricular supervisionado de ensino em acordo com a legislação oriunda do Ministério da Educação, específicas para o curso de graduação- Pedagogia, distribui-se pelos quatro (4) últimos semestres letivos, considerando o tempo de integralização mínima do Curso, em 4 (quatro) anos e /ou 8 (oito) semestres letivos. Em cada etapa do Estágio – 5º ao 8º Períodos letivos- o discente cumprirá carga horária de cem (100) horas, perfazendo um total de quatrocentas (400) horas, distribuídas da seguinte forma:

- Quinto período (5º.): 100 horas na Educação Infantil;
- Sexto período (6º.): 100 horas nos Ensino Fundamental (Regular e Educação de Jovens e Adultos-EJA);
- Sétimo período (7º.): 100 horas no Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar;
- Oitavo período (8º.): 100 horas em Gestão.

O “Setor de estágios da Educação Superior” do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro tem como objetivo organizar e supervisionar atividades de estágio dos cursos intrínsecos à instituição, como o curso de Pedagogia, ao qual se refere este regulamento e atividades extra institucionais decorrentes de convênios com outras instituições de ensino, realizados pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), irá avaliar adaptação da carga horária de discentes Parfor.

A organização, a supervisão, a orientação do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia é atribuição de docentes, a saber: Supervisor do Setor de estágios do ISERJ; Professor Supervisor da Educação Superior: do 5º ao 8º períodos; Professor Colaborador: Regente, Gestor, Professor responsável por atividades de monitoria, extensão e iniciação científica que recebe os estagiários de nível superior. Há regulamento do estágio curricular supervisionado obrigatório aprovado em Conselho Superior/Conselho Acadêmico.

6.1.1 Estágio Curricular Superviado Parfor

Considerando, as especificidades do Parfor, cujos estudantes são docentes em exercício e possuem formação de nível médio (“normal”/profissional) que lhes possibilitou vivências/atividades específicas e muitas vezes com similaridade ao que é realizado no estágio em nível superior, e a autorização da lei do estágio sendo reduzido em o estágio curricular supervisionado, a proposta se ajusta para validação, no máximo, em até 200 horas da carga horária.

Toma-se como base o PARECER N.º: CNE/CP 28/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena o estágio curricular supervisionado entendido como:

- o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício.

Assim o estágio curricular supervisionado supõe:

- uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado.

Este é um momento de formação profissional do formando seja



- pelo exercício direto in loco,
- seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

6.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória, considerado critério indispensável para a obtenção do título acadêmico expresso na obtenção do diploma de formação profissional. É o resultado do desenvolvimento e construção de um trabalho de investigação sobre um tema específico de acordo com o interesse e a aptidão do discente. O trabalho de conclusão de curso na Pedagogia, desde o último processo para ato regulatório do Conselho Estadual de Educação- 2014/2017- para renovação do reconhecimento do curso, considera diferentes formas de apresentação do que se intitula TCC, a saber:

- a) Trabalho de Conclusão de curso- monografia (TCC) é o documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um professor orientador;
- b) Trabalho de Conclusão de Curso- artigo. ABNT-NBR 6022:2002 é considerada a opção de artigo científico: documento que apresenta resultado de estudo que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um professor orientador;
- c) Trabalho de Conclusão de Curso (outros formatos): é o documento que está em acordo com a natureza da área e a finalidade do curso (perfil do egresso definido nas diretrizes curriculares nacionais e ou outras legislações afins) e atendendo normas da ABNT.

A compreensão de que é importante “outros formatos”, para além do trabalho monográfico busca atender ao perfil do egresso do curso, como também a indicadores do MEC/INEP previstos no indicador 1.1 do Instrumental de avaliação/reconhecimento dos cursos de graduação (dezembro de 2018), quando considera item de avaliação o fato do TCC “estar institucionalizado, considerando carga horária, formas de apresentação, orientação, coordenação e divulgação de resultados”.

A aprovação do discente no Trabalho de Conclusão de Curso será feita de acordo com critérios estabelecidos em Regulamento de Trabalho de conclusão aprovado em colegiado acadêmico.

7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACC)

As Atividades Complementares no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), são designadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), no Regimento Geral de 2007, e são compostas por ações de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação, obrigatoriamente, compondo o histórico escolar do discente.

As atividades articulam-se ao processo formativo como um todo. O discente deverá totalizar 200 (duzentas) horas até o final do curso, sendo esta carga constituinte da carga horária total do curso. O discente que não cumprir a carga horária prevista legalmente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2015), no decorrer do curso, não terá direito ao diploma de graduação, mesmo que tenha aprovação em todas as disciplinas.

As atividades poderão ser realizadas desde o início do curso, ou seja, a partir do primeiro período. O registro da carga horária efetivamente realizada poderá ocorrer em qualquer período até o final do curso. Para o MEC “ [...] as atividades



complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

No âmbito da adequação do projeto pedagógico do curso a Resolução de 2015 e, considerando a concepção que o MEC atribui as atividades complementares ocorreu, durante o processo de organização deste projeto, entre fevereiro e maio de 2018, revisão e adequação das normas e procedimentos, não somente a ampliação da carga horária, de cem (100 horas), para duzentas horas (200h). Esta adequação foi apresentada ao NDE, para ratificação, após ter sido conduzida pelos professores da disciplina de Prática Pedagógica (PP) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, responsáveis pela conferência e anotação no sistema acadêmico da Secretaria da Educação Superior, do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, da carga horária de ACC.

A revisão se fez necessária para adequar-se ao perfil do ingressante no curso (discentes trabalhadores fora da carreira docente; discentes docentes); as demandas da sociedade no campo da presença de atividades em diferentes mídias e tecnologias digitais, com presença de cursos e diferentes formações de curto, médio e longo prazo na modalidade EaD, dentre outras experiências contemporâneas fundamentais para a formação do egresso do curso de Pedagogia.

Entendendo que é tarefa docente a contínua revisão e adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, expressa não somente em sua matriz curricular, mas nas práticas cotidianas, o NDE aprovou o “quadro descritivo das atividades e carga horária” de ACC. Deixamos claro que esta proposta incorpora necessidades e reflexões de professores e discentes, portanto, ganha força e legitimidade por ser oriunda daqueles que continuamente, nas salas de aula, lidam com a aplicabilidade do “Quadro Descritivo”, em anexo. Apresentamos a definição do INEP para o que se entende como “atividades complementares”: Componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridos fora do ambiente escolar. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP -Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES- Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (2015).

Quadro 1 Atividades Complementares

ATIVIDADE	HORAS*
Participação em Grupos de Estudo ou de Trabalho institucionais/ISERJ (GT)	02 horas semanais
Participação em Grupo/Projeto de Pesquisa: programa de Iniciação Científica	02 horas semanais
Participação em Programa de Extensão Institucional	02 horas semanais
Participação em Programa de Monitoria Institucional	02 horas semanais
Participação em Curso/Atividades em EaD	02 horas semanais
Participação em Cursos complementares a formação/Perfil do egresso da Pedagogia	02 horas semanais
Trabalho de conclusão de curso: ouvinte	01 hora por TCC
Oficina/Curso: Ouvinte	03 horas por oficina/curso
Oficina/Curso: Participante/Mediador	03 horas por oficina/curso
Oficina/Curso: Ministrante	03 horas por oficina/curso
Seminário/Palestra: Ouvinte	02 horas por seminário
Seminário/Palestra: Participante/Mediador	02 horas por seminário
Seminário/Palestra: Organizador	04 horas por seminário



Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: PALESTRANTE	02 horas por atividade diferenciada
Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: PARTICIPANTE/MEDIADOR	02 horas por atividade diferenciada
Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: ORGANIZADOR	03 horas por atividade diferenciada
Conferência: OUVINTE	02 horas por cada atividade diferenciada
Conferência: PARTICIPANTE/MEDIADOR	02 horas por cada atividade diferenciada
Conferência: Organizador	04 horas por cada atividade diferenciada
Exposição/Evento cultural: <u>Constituinte da carga horária de disciplinas do curso</u> de Pedagogia.	02 horas por cada atividade
Exposição/Evento Cultural: <u>Não relacionado a carga horária/disciplinas do curso</u> de Pedagogia	03 horas por cada atividade
Visita orientada <u>como parte de atividades profissionais/docentes</u> : organização, supervisão de visita de alunos; cinema, teatro, circo, evento cultural, entre outros	04 horas por cada atividade
Participação efetiva em movimentos sociais, sindical, filantrópico, voluntariado	03 horas por cada atividade diferenciada
Representante de turma/ Membro do Centro Acadêmico/ Participação em reunião de Conselhos Institucionais.	02 horas por cada atividade diferenciada
Participação (diversas linguagens e outras tecnologias): cinema, teatro, circo, evento cultural, entre outros;	02 horas por cada atividade diferenciada
Produções textuais, audiovisuais e outras de interesse acadêmico, publicadas em meios eletrônicos ou impressos	03 horas por cada atividade diferenciada
Participação em Excursões Acadêmicas Institucionais	06 horas por cada atividade
Participação na mídia (cessão ou realização de entrevistas)/ construção ou alimentação de blog.	02 horas por cada atividade diferenciada

8. CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

8.1 Da Coordenação do Curso

No momento da produção deste projeto a coordenação do curso de graduação- Licenciatura em Pedagogia- é exercida por professor do curso, indicado pelo Coordenador Geral do Parfor.

8.2 Instâncias Coletivas do Curso

As instâncias coletivas do curso atendem as normas do regimento geral do ISERJ – composição, atribuições e periodicidade. O ISERJ possui três conselhos deliberativos, a saber: Conselho Diretor; Conselho-Câmara de Educação Básica; Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior. Os Conselhos Deliberativos são presididos pelo (a) Diretor (a) Geral, pelo Diretor(a) do CAp e pelo (a) Coordenador (a) Geral do Ensino Superior, respectivamente. No Conselho Diretor há um (1) representante da Educação Superior.



As deliberações de Ensino Superior que tratam de questões de interesse da instituição como um todo, são apreciadas e aprovadas pelo Conselho Diretor Pleno e encaminhadas aos órgãos superiores, caso seja necessário. As reuniões de professores ocorrem com periodicidade definida em calendário semestral.

O Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior (CAES) é órgão deliberativo e normativo em matérias de ensino, pesquisa e extensão do Ensino Superior.

Obs. Caberá ao CAES deliberar sobre assuntos dos cursos Parfor.

8.4 Do Corpo Docente

O Curso de Pedagogia conta com docentes titulados em nível de Pós-graduação *lato sensu* (especialização); *stricto sensu* (Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado) que serão selecionados conforme edital específico em atenção aos procedimentos CAPES.

8.5 Do Corpo Técnico e Administrativo

O Curso conta com apoio administrativo da **Secretaria Acadêmica, da Coordenação Acadêmica da Educação Superior, do Setor de Apoio à Informática, da Biblioteca da Educação Superior.**

9. INSTALAÇÕES FÍSICAS

9.1 Instalações Gerais

O conjunto do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é organizado em “escolas” nas etapas e modalidades da Educação Básica. A Educação Superior atende ao nível da Graduação (curso de Pedagogia e programas de formação de docentes) e nível de Pós-graduação *lato sensu*. Os espaços físicos para ensino, pesquisa e extensão e gestão acadêmica são:

Infraestrutura de apoio técnico-administrativo: Reprografia; Recursos Humanos; Eventos; Protocolo; Apoio de Informática/Mídias.

Infraestrutura de apoio acadêmico: Biblioteca; Setor de Inclusão; Setor de Estágios; Sala de reunião docente; Sala de professores; Salas de aula; Secretaria Acadêmica; Coordenação da Educação Superior; Teatro, entre outros.

9.2 Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas do ISERJ é constituído pela Biblioteca Central, denominada de Cecília Meireles, que atende prioritariamente à Escola Básica e a Biblioteca Setorial Paulo Freire que atende prioritariamente a Educação Superior. Apesar dessa divisão, a Biblioteca Central manteve em seu acervo, as obras oriundas da antiga Biblioteca da Escola Normal da Corte, em 1888 (que veio a formar uma Coleção de Obras Raras), e também por aquelas adquiridas em 1932, por decreto do então Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira, dentre as quais a coleção conhecida como “Brasileira”, editada pela Companhia Editora Nacional, a partir de 1931, sob a direção de Fernando Azevedo até 1946. A Coleção Brasileira foi concebida primeiramente como uma subsérie da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, também presente no acervo da Biblioteca do Instituto de Educação. Em 2007, foi feita uma inventariação do acervo da Biblioteca Central, chegando-se a um número aproximado de 40.000 livros.

Inaugurada em maio de 2004, a Biblioteca da Educação Superior atende discentes e docentes do Curso Superior de



Graduação em Pedagogia, do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Também têm acesso ao acervo, docentes da Educação Básica, servidores técnico-administrativos do ISERJ e o público externo, este último apenas para consulta. São atribuições da Biblioteca Paulo Freire:

- a) Realizar empréstimo e consulta ao acervo;
- b) Promover aquisição, processamento técnico e divulgação do acervo;
- c) Manter e preservar o acervo;
- d) Oferecer suporte técnico-pedagógico aos trabalhos de pesquisa dos usuários;
- e) Promover visitas guiadas de discentes da Educação Superior;
- f) Promover intercâmbio com outras bibliotecas;
- g) Compartilhar acervo bibliográfico com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN);

A Biblioteca Paulo Freire está em processo de informatização – Sistema *Openbiblio*- desde o início do segundo semestre de 2013. Nos anos de 2014 e 2015 estabeleceu-se política institucional de ampliação do acervo, investimento na infraestrutura física- pintura, iluminação, climatização, ampliação e melhoria da rede e equipamentos de informática, com instalação de novos computadores e pontos de acesso *on line* para discentes e docentes. Ampliou-se a equipe técnica de apoio com inclusão de *professor orientador de pesquisa e uso do acervo*. Criou-se “guia de uso da biblioteca” para melhorar o contato com a comunidade acadêmica. As informações disponibilizadas, neste momento do projeto apresentado- 2018- referem-se ao período de 2014, quando foram coletadas as informações aqui disponibilizadas e pertinentes à Biblioteca Paulo Freire, da Educação Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ): (ABRIL de 2014)

1. Acervo Geral

Mais 2.542 títulos de livros, totalizando 9.639 exemplares (volumes); 97 títulos de material digital-eletrônico (CD; CD-ROM; VHS); 13 títulos de periódicos especializados; 397 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

2. Assinaturas de Periódicos Acadêmicos e Científicos

A biblioteca contava, em 2014, com uma (O1) assinatura corrente de periódicos (*Caderno do Cedes – Centro de Estudos Educação & Sociedade*) e 12 títulos deste acervo resultam de doações.

3. Formas de Atualização e Expansão

O processamento técnico da biblioteca é todo executado de forma informatizada; utilizando-se para isso os bancos de dados criados em *Acces*. A biblioteca também conta com um *software* livre de controle, consulta e empréstimo do material bibliográfico, o *Open Biblio*, que, atualmente, está em fase de testes para utilização. Também possui um ponto de acesso à Internet. Foi realizado um levantamento das Bibliografias Básicas e Complementares, listadas com base no Caderno de Programas Curriculares das disciplinas do Curso de Pedagogia, visando à atualização e/ou ampliação do acervo.

4. Espaço Físico para Estudos: A biblioteca possui um salão de leitura e uma área de exposições.

O salão de leitura é um espaço de acolhimento e orientação dos usuários, utilizado para estudos e pesquisas. É também espaço para pequenas exposições e painéis informativos, podendo ser aproveitado para divulgação de projetos e iniciativas da instituição.

A biblioteca possui ainda uma sala de leitura com balcão de atendimento, onde o usuário pode ser orientado sobre o funcionamento desta, bem como fazer inscrição como leitor, solicitar apoio pedagógico para pesquisas bibliográficas, requisitar ou devolver as obras destinadas a empréstimo domiciliar ou a consulta.



Também no prédio da Biblioteca do ISERJ encontra-se o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB/ISERJ), fundado em 2005, atualmente coordenado pela Profa. Marlucia Neri Stefansen, que, juntamente com uma equipe de funcionários, são responsáveis pela manutenção, organização e preservação de um acervo composto por documentos de diferentes suportes, textuais, iconográficos, imagéticos e magnéticos, possibilitando o acesso de pesquisadores à história institucional que engloba as seguintes fases: Escola Normal da Corte (1880-1890), Escola Normal da Capital Federal (1890-1892), Escola Normal do Distrito Federal (1892-1932), Instituto de Educação (1932-1960), Instituto de Educação do Estado da Guanabara (1960-1974) e Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro (1974-1997).

A pesquisa dos arquivos escolares, ou seja, relatórios, livros de atas de reuniões, históricos escolares, boletins, quadros, mobiliário, quadros didáticos, lousas, globos, uniformes, cadernos, produções de discentes e professores, manuais escolares, materiais iconográficos e sonoros, traços arquitetônicos, entre tantos outros, propicia aos discentes e professores uma compreensão mais efetiva do uso do patrimônio no processo educacional.

10. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

10.1 Brinquedoteca como Espaço de Formação

Destacamos os laboratórios didáticos de formação básica, como se intitula no indicador 3.8 do Instrumental do MEC/INEP para avaliação/reconhecimento de cursos de graduação (dezembro de 2017). O primeiro é a Brinquedoteca.

O curso de Pedagogia, do ISERJ, se articula com o Colégio de Aplicação, ambos localizados no mesmo espaço físico, sendo campo de estágio obrigatório dos licenciandos de Pedagogia. Passamos a descrever um dos espaços de formação para o licenciando e que se localiza na escola de educação infantil, do Colégio de Aplicação.

O Laboratório Brinquedoteca do CAP-ISERJ vem atendendo discentes e professores da Educação Infantil e Anos Iniciais regularmente, e discentes e professores de outros segmentos do ISERJ e de outras escolas e universidades. Junto ao curso de Pedagogia trabalha em parceria com grupos de pesquisa, desenvolve trabalho com estágio e monitoria, projetos culturais, disciplina optativa e curso de extensão. Na formação continuada desenvolve trabalho junto aos professores que frequentam a sala de brincar com seus discentes e participa dos centros de estudos e projetos no âmbito curricular regular. Desde 2006 desenvolve parceria com o grupo de pesquisa GPICC/UERJ (Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea).

A brinquedoteca tem se constituído num espaço de formação na medida em que suas ações dialogam com os diferentes campos de conhecimentos desenvolvidos na escola. A constante tensão entre a cultura lúdica e a cultura escolar, tem gerado reflexões e discussões nos centros de estudos dos professores, nas relações com os estagiários, nas bancas de monografias e tem gerado ações que vão para além do trabalho com as crianças.

A formação oferecida pelo laboratório brinquedoteca do Colégio de Aplicação tem como principais objetivos o desenvolvimento de atitude lúdica refletindo acerca das possibilidades desse tipo de interação no espaço escolar; incentivar a realização de projetos/ideias criativas baseadas nas interações lúdicas de aprendizagem dos sujeitos participantes, crianças e adultos; articular o campo da práxis lúdica da brinquedoteca através da interlocução entre a formação superior e continuada. Assim, busca compartilhar reflexões na criação de novos caminhos para a educação escolar, uma vez que Colégio de Aplicação pode fornecer conhecimentos e saberes produzidos em seu campo de atuação articulados à formação superior e constituindo também esta formação.



10.1.1 Ações Curriculares

Na **SALA DE BRINCAR** propomos aos educadores o exercício da *observação atenta* do brincar livre, atividade fundamental para a qualidade da interação que se pretende na sala de brincar; refletimos as questões levantadas a partir das observações registradas nos diários de campo; e buscamos referenciais teóricos que dialoguem com as questões apresentadas. Num segundo momento, propomos o exercício do *brincar mútuo*, onde se experimentará o equilíbrio entre interdições e limites e o exercício da liberdade para a construção da autonomia.

ARTE E CIÊNCIA é uma experiência que nasce da parceria com o projeto CISA (Pedagogia) e da disciplina de Física (Ensino Médio), tem como principal objetivo brincar de decifrar a ciência escondida nos brinquedos e na vida, indagando de que maneira experiências científicas que lancem mão de elementos lúdicos nos facilita reconhecer no pensamento lógico sua face de brinquedo. Descobrimos as forças vivas da natureza, esta ação pensa a possibilidade de uma dupla pedagogia, da Razão e da Imaginação. Estas ações nos permitem observar e refletir sobre a importância de uma experimentação de caráter aberto, não prisioneira de modelos científicos fechados, presos ao resultado e avessos ao erro.

OLHAR DO CORPO INTEIRO é uma experiência fruto da parceria com o projeto *Mídia e Educação: diálogos possíveis no contexto escolar* (GPIC/FAPERJ). Em virtude do financiamento do projeto foram adquiridos equipamentos e aparatos técnicos lançando o desafio de pensar os seus usos e a mediação dos professores nas relações que as crianças poderiam estabelecer com eles. No sentido de elaborar atividades que não só coloquem esses aparatos nas mãos das crianças, mas que também de alguma forma as façam refletir sobre eles permitindo experimentar as diferentes formas de ver e perceber o mundo a sua volta, o principal objetivo do trabalho desta ação é possibilitar às crianças experiências lúdicas que explorem diferentes formas de olhar.

FESTIVAL DE DESENHO, POESIA, CARICATURA E FOTOGRAFIA é um evento cultural integrando as crianças da Educação Infantil e do 1º Segmento do Ensino Fundamental em parceria com Projeto Investigativo de Inclusão Lendo e Escrevendo. Seus principais objetivos são incentivar e promover o fazer artístico das crianças, estimulando sua produção cultural, sua expressão e criatividade; criar um ambiente de encontro e intercâmbio entre os participantes; além de aproximá-los de artistas profissionais que vem apresentar seu processo de trabalho.

EXPOSIÇÃO MEMÓRIAS INFÂNCIAS E BRINQUEDOS é uma parceria com o GPICC e tem como principal objetivo um encontro com os brinquedos e seus sentidos aproximando educação e cultura através do convite a olhar, interagir, experimentar e criar, tratando a experiência de estranhamento com os temas/objetos ponto de partida para estabelecer relações comunicativas através do jogo/diálogo.

PASSEAR, ações que buscam olhar a vocação lúdico-educativa da cidade e a *escola que passeia* como espaço de reconquista dos espaços públicos e populares. Tem o objetivo de promover uma experiência criativa de suspensão na cidade refletindo sobre a ideia de pertencimento como base para a experiência de conhecimento e circulação de um território particular para um território público, buscando este *lugar-cidade* que *deixa de ser apenas um material construído e organizado para se embeber da atmosfera que as relações ajudam a estabelecer* (Mayumi Lima 1989, p. 13).

O BLOG É forma de comunicação e divulgação do trabalho realizado na brinquedoteca, criado por discentes bolsistas do ensino médio profissionalizante de informática/ISERJ/FAPERJ, seu endereço <http://brinquedoteca-iserj.blogspot.com.br/>, onde podem ser vistas ações do projeto.



As **FEIRAS** são uma modalidade que utilizamos em geral para realizar as ações culturais de arte, ciência, mídia etc, pois a feira como esse lugar de acontecimentos simultâneos e variados onde se pode flunar segundo nossos interesses tem afinidades com a dinâmica da brinquedoteca.

10.2 Mobilização Educacional (Mob.E)

O projeto de extensão Mobilização Educacional (Mob.E) coordenado pela Professora Dra. Maria de Lourdes Melo Pinto tem sua origem nos idos de julho de 2015, inspirado pelas experiências educacionais da Escola da Ponte, em Portugal. Desde seu surgimento, o grupo de discentes e professores envolvidos vem desenvolvendo estratégias para uma efetiva aplicabilidade dos conceitos estudados nas diversas disciplinas da licenciatura de Pedagogia no âmbito prático, contribuindo nos espaços da Instituição.

O projeto Mob.E articula-se com o Grupo de Pesquisa *Identidade e Formação Docente*. Como resultado das ações do grupo o projeto Mob.E participou de Edital FAPERJ (2016/1) com projeto intitulado “A CONSTRUÇÃO DO SER PROFESSOR: Representações de formandos em pedagogia através da realização de atividades práticas”. Este projeto tinha como objeto de investigação o processo de formação de pedagogos. Como campo de atuação e investigação a “sala de aula” na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A proposta articula-se a grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: *Identidade(s) e Formação Docente e Formação de Professores e Tecnologias Educacionais (FORPROTEC)*. Teve como objetivo: refletir sobre o processo de formação de pedagogos a partir de duas questões, a saber: a) Articulação teoria e prática; b) Construção do conhecimento em uma perspectiva colaborativa que envolve o discente-docente e o professor da escola básica.

Com base nessa perspectiva e na proposta de investigação, buscou-se refletir sobre as percepções que os formandos em Pedagogia possuem acerca da prática docente. Inserir os formandos no cotidiano das salas de aula, em práticas colaborativas tornou-se, então, uma proposta de intervenção na “formação” pela imersão em atividades práticas relativas ao cotidiano da profissão.

Estruturado em um laboratório ambientado de modo a favorecer as interações de caráter lúdico e extensivo, inúmeras atividades são oferecidas pelo Mob.E, entre elas: oficinas pedagógicas, cursos livres, Cine Mob.E, consulta e empréstimo de acervo bibliográfico e lúdico-pedagógico, além de visitas mediadas ao campus do Instituto Superior de Educação. Essas ações atendem tanto ao público da Pedagogia, quanto da Escola Básica. Adotando a metodologia de Pedagogia de Projetos e buscando a parceria com outras instituições, era organização e implementação de eventos, como culminâncias de ações desenvolvidas no Laboratório ao longo de cada semestre letivo,. Após dois anos de contínuo exercício educacional, estabeleceu-se que a atuação do projeto ficaria circunscrita à gestão de espaços e eventos, com algumas ações instiladas por leituras nas subáreas da Educação Não Formal e da Pedagogia em espaços não-escolares.

10.3.Laboratório de Movimento e Arte

O Laboratório Movimento e Arte é um desdobramento do projeto de extensão “Corpo, Movimento e Alfabetização Corporal” proposto pelo Grupo de Pesquisa “Corpo, Multiculturalismo e Diversidade” (Dgp-CNPq) em 2012, atualmente coordenado pela prof. Ms. Cristina Ramos, com a parceria da UFRJ (prof. Dra. Cida Donato, da Faculdade de Dança da Escola de Educação Física) e da Escola Especial Favo de Mel. Por meio de uma metodologia que estimula a aprendizagem física, com a educação somática, as artes plásticas e musicais; a interpessoal, com atividades de convívio social, trocas de experiências compartilhamentos; e a intrapessoal, com atividades individuais, com foco na atenção, concentração, na



construção simbólica e na significação, o projeto tem como meta a potencialização da capacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual.

O Laboratório de Movimento e Arte encontra-se equipado com colchonetes, equipamento audiovisual, e está em vias de se organizar para abrigar oficinas de arte e educação, assim como atividades de extensão que demandam uma organização espacial que possibilite a livre circulação e uma dinâmica de trabalho coletivo. (Parte repetida)

10.4 Laboratório PROMEMO

Este laboratório abriga um acervo relacionado com História do Rio de Janeiro, Educação Não Formal e Formação de Professores. Organizado a partir da instituição do Projeto Memória da Formação de Professores no Instituto de Educação desde sua origem como Escola Normal (1880) à História Imediata (PROMEMO) / ISERJ, em 2001.

Através do desenvolvimento de subprojetos sobre dimensões envolvidas nesta formação, da institucional à arquitetura escolar, processos e sujeitos no cotidiano escolar, organizações, mobilizações, o PROMEMO/ ISERJ formou e forma pesquisadores-monitores-discentes do Curso Normal Superior (2001-2010) e Pedagogia (2010 à atualidade). Sob a coordenação da prof. Dra. Maria Carolina Granato, atualmente dois subprojetos estão sendo desenvolvidos:

Fotografia e Arquitetura Escolar da Escola Normal do Distrito Federal: permanências e transformações da construção à criação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) (1928-1998). As Grandes Greves do Magistério Carioca e o Instituto de Educação: Militância, Mobilização e Formação de Professores (1979-2016).

10.5 Laboratório Didático: Complexo De Biologia

O Complexo de Biologia se constitui de três salas no terceiro andar do Pavilhão Central do ISERJ. A sala 309 é um laboratório multifuncional no qual podem ser desenvolvidos experimentos acadêmicos-didáticos, bem como funcional como sala de projeção. Possui uma Coleção Zoológica que atende plenamente o Pedagogo, pois todos os *phyla* estão representados.

Este complexo é dotado de bancadas azulejadas que propiciam o desenrolar de práticas voltadas para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A sala 311 é uma sala de projeção em plano inclinado e é dotada de uma bancada com pia que permite demonstrações experimentais. A sala 313 é um Museu de Ciências Naturais que agrega um rico material zoológico e botânico. O Complexo possui material de vidraria, microscópios estereoscópicos, microscópios ópticos, lupas de mão, pinças, tesouras, etc.

10.6 Laboratório de Informática

O Curso conta com o apoio do SESUTI, setor responsável pela gerência dos recursos de informática da Instituição. À Gerência de Rede compete implantar, manter e atualizar estruturas que possibilitem o pleno funcionamento das redes e subredes que compõem o Sistema de Informática do ISERJ. Há disponibilidade de rede *WI-FI* em espaços abertos e fechados da IES para docentes e discentes. Apresentamos as instalações e equipamentos do laboratório (**Sala 208**): Rede Cabeada e *WiFi*; Velocidade de conexão de Fibra Óptica de 1Gbps; Ar-Condicionado; TV de Plasma de 50 polegadas; Vinte e um (21) computadores; Processador Intel Celeron 440 2.2Ghz; Memória RAM de 1Gb; Disco Rígido 160Gb; Leitor de DVD

10.7 Laboratório de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores.

Este laboratório foi criado no início do semestre letivo de 2018. Tem sua origem no Grupo de Pesquisa FORPROTEC/CNPq. O principal objetivo é promover a realização de investigação e a construção de



conhecimento nos domínios das Tecnologias e Formação de Professores, no campo do ensino, pesquisa e extensão. Atende a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trata, especificamente, da formação dos professores para atuarem na educação básica, que prevê no art. 5º, “o uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e discentes” (BRASIL, 2015).

Mais especificamente, os objetivos gerais do Laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* são: a investigação em várias áreas no âmbito das tecnologias e formação de professores; a educação continuada e difusão científica; a promoção de projetos de intervenção na comunidade iserjiana; a produção, disseminação e avaliação de recursos didáticos e estratégias educativas no âmbito das tecnologias e sua inserção nas perspectivas curriculares; o estudo das políticas educacionais locais, nacionais e internacionais, no âmbito das Tecnologias e Educação.

10.8 OUTROS

O Curso conta ainda com os LABORATÓRIO MULTIMÍDIA - LabMM; onde os licenciandos têm acesso a oficinas em radiocomunicação, com instrumentos musicais e em edição de vídeo; LABORATÓRIO DE LÍNGUAS – LabLing, onde licenciandos e professores têm acesso a cursos de línguas estrangeiras (espanhol, francês e inglês) e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Vale acrescentar que Atividades Desportivas e de Educação Física também estão disponíveis com a oferta de cursos livres (Ioga, Futebol de Salão etc.).

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BARROS, Manoel. **Memórias inventadas**. A infância. São Paulo: Record, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **Obras Escolhidas II** – rua de mão única. São Paulo: editora Brasiliense, 1995.

_____. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2002.

BERNET, J.T. **Otras educaciones**: animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa. Barcelona: Anthropos, México: Universidad Pedagógica Nacional, 1993.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BOUSQUET, Martine Mauriras. L **Experience Ludique**. Paris: Seuil, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a **formação inicial em nível superior** (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a **formação continuada**.



_____. Estado do Rio de Janeiro. Conselho Estadual de Educação. **DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013.** Dispõe sobre a realização de Estágio Supervisionado de discentes do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e da Educação Superior, e determina outras providências. (Define modalidades de estágio).

_____. **Lei Federal nº 11.788/09 de 25/09/2008-** Dispõe sobre o estágio de discentes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **LEIS 10639/03 e 11645/08 - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.** Laboratório Pedagógico Curso Normal. Currículo Mínimo, 2013.

_____. Ministério da Educação. CONAES. Parecer n. 4, de 17 de junho de 2010. Resolução n. 01 de 17 de junho de 2010. Normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**

_____. Ministério da Educação. Do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: **Instrumento de Avaliação-atos regulatórios de autorização e reconhecimento de cursos (2017).**

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância.** Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília, agosto de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno- **PARECER CNE/CP no. 10, de 10 de maio de 2017.** Proposta de alteração do Art. 22, da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010-** CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 13005/14 | Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em: < <https://goo.gl/CTwz8V> > Acesso em 22 mai 2018

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <<https://goo.gl/eiLYKV> > Acesso em 22 mai. 2018.



DUVIGNAUD, Jean. **El juego del juego**. Colômbia: Fondo de Cultura Económica, 1997a.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Direito à infância**: Mário de Andrade e os parques infantis para crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938). Tese de doutoramento. Faculdade de educação, USP. 1993.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA- FAETEC. NORMA INTERNA FAETEC/VPE n. 01/2012: Estabelece normas internas de Estágio Não-obrigatório.

_____. PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010: Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e Educação.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Gerais para a Educação Básica

HAMPATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História Geral da África I**, Metodologia e pré-história da África. Págs 167-212. Editado por Joseph Ki-Zerbo, 2. ed. Brasília, UNESCO, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Teorias, pesquisas e organização que valorizam o jogo na educação**: o exemplo da brinquedoteca. Cadernos da EDM. São Paulo: USP.vol.2 no. 2. 1990.

LIMA, Mayume Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LISBOA, Marcia. **Para contar histórias**: teoria e prática: narrativa, dramatização, música e projetos. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

MARCELLINO, Nelson C. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1990.

MILITO, Cláudia e SILVA Hélio. **Vozes do meio fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MUNIZ, M. Cristina S. (org.). **Esconderijos**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2000.

MUNIZ, M. Cristina S. **A brinquedoteca na escola**. Dissertação de mestrado em Educação Física. UGF. 1997

PERROTI, Edmir. **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PRETTO, Nelson De Luca e RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 153-169, maio/ago. 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. Edição do Kindle.

SARMENTO, Manoel J. Imaginário e culturas da infância. In: **As marcas dos tempos**: a interculturalidade nas culturas da infância. Portugal: Universidade do Minho, 2003.

SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas, SP: Papirus, 1994.

TAHAN, Malba. **A Arte de Ler e Contar Histórias**. Rio de Janeiro: Conquista. 1961.



Governo de Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria de Educação Superior
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro



WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (orgs.). **Mulheres negras na primeira pessoa** Porto Alegre: Redes Editora, 2012.In: [www.belezacidadania.org.br/.../Mulheres%20Negras%20na%20primeira%20Pessoa%](http://www.belezacidadania.org.br/.../Mulheres%20Negras%20na%20primeira%20Pessoa%20), acesso em 25 maio 2018

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



ANEXO 1: MATRIZ CURRICULAR (2018)

Período	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Ch/total
Disciplinas obrigatórias (Ob)	260	320	300	320	300	300	200	200	2200
Disciplinas optativas (Op)	60	60	60	60	60	60	60		420
Total									2620
Estágio supervisionado (ES) *					100	100	100	100	400
Trabalho de conclusão do curso (TCC)	-	-	-	-	-	-	-	60	60
Atividades complementares									200
Carga Horária Total	320	380	360	380	460	460	360	360	3280

Em atenção as especificidades do discente-trabalhador do Parfor a matriz curricular foi adequada do projeto original da seguinte forma:

- Possibilidade de validação da carga horária Estágio Supervisionado de 400h para 200h motivada pela experiência pregressa do discente.
- A carga horária de curso organizada para atender 80% de forma presencial e até 20% na forma a semipresencial/tutoria (considerando carga validada pelo Setor de Estágio).
- As disciplinas optativas oferecidas no formato semipresencial foram previamente definidas, a partir da avaliação da experiência Parfor e seguem como proposta pedagógica abordagens que instrumentalizam a prática docente.
- Otimização de algumas disciplinas (união de disciplinas com aumento de carga).

Período	Disciplinas	Ob	Op	ES	TCC	CH
1º - 2018.2	História da Educação	X				60
	Didática e Práticas Pedagógicas	X				60
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa	X				80
	Tecnologias Digitais na Educação	X				60
	Optativa: Ambiente Virtual de Aprendizagem nos Processos Educacionais		X			60
2º - 2019.1	Filosofia, Educação e Questões Contemporâneas	X				80
	Introdução à Metodologia da Pesquisa *	X				40
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino de Matemática	X				80
	Antropologia e Educação	X				40
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino de Ciências Naturais	X				80
	*Optativa: O uso dos multimídias no processo educacional		X			60
3º - 2019.2	Arte e Educação	X				40
	Educação e Movimentos Sociais	X				40
	Intertextualidades: linguagem verbal e não verbal*	X				40
	Tópicos especiais em educação não formal	X				40
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino de Geografia	X				80
	Sociologia da Educação	X				60
	* Optativa: Como analisar filmes em sala de aula		X			60
4º - 2020.1	Fundamentos e Metodologias para a Educação Infantil	X				40
	Introdução à literatura Infante-Juvenil*	X				40
	Currículo e Avaliação da Aprendizagem: questões teóricas e práticas	X				40
	Alfabetização I	X				80



5° - 2020.2	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	X		40
	Fundamentos e Metodologias para o ensino de História	X		80
	*Optativa: Literaturas Africanas em Expressão Portuguesa		X	60
	Fundamentos e Metodologias para Educação de Jovens e Adultos	X		40
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental*	X		40
	Psicologia na Educação	X		60
	Alfabetização II	X		80
	Pesquisa	X		80
	*Optativa: Produção Artesanal de Recursos Didáticos		X	60
	Estágio: Educação Infantil	X		100
6° - 2021.1	Práticas Pedagógicas na Educação Especial e Inclusão *	X		40
	Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental	X		40
	Fundamentos e Metodologias para Educação Especial e Inclusão	X		60
	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Médio	X		60
	Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	X		60
	Música e Educação	X		40
	*Optativa: Dificuldades de Aprendizagem e TGD		X	60
	Estágio: Ensino Fundamental- Regular e EJA	X		100
7° - 2021.2	Tópicos especiais na Educação do Campo/Quilombola/Indígena	X		40
	Tópicos especiais na Educação a Distância*	X		40
	Educação das Relações Étnico-Raciais	X		60
	Movimento e Expressão Corporal			60
	*Optativa: Design Didático para EaD			60
	Estágio: Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar		X	100
8° - 2022.1	Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS	X		60
	Fundamentos e Princípios da Gestão da Educação / Gestão e Organização do Trabalho na Educação	X		80
	Política, Estado e Educação	X		60
	TCC		X	60
	Estágio: Gestão		X	100

Legenda: Ob – Obrigatórias Op – Optativa ES – Estágio Supervisionado TCC – Trabalho De Conclusão de Curso

* Docente atuando em duas disciplinas.

ANEXO 2: EMENTAS

PRIMEIRO PERÍODO		CH
História da Educação		
O conceito de educação enquanto processo social e a importância da História da Educação para um posicionamento sociopolítico do magistério. Análise das raízes históricas da educação da Antiguidade até os tempos modernos. O legado da educação jesuítica. Projetos e práticas escolares no Brasil Império e na Primeira República. Educação na Era Vargas. A ditadura civil militar e seus projetos educacionais. Os movimentos de educação popular. Perspectivas atuais da educação brasileira.		60



<u>Didática e Práticas Pedagógicas</u> Concepções de educação, conhecimento e sociedade. Tendências da educação brasileira. Didática e prática docente: relações do fazer pedagógico na escola. Trabalho pedagógico e autonomia docente. O curso de Pedagogia: perfil do egresso e do curso. A relação entre o Projeto Político Pedagógico e a Didática. Didática e Práticas Pedagógicas em uma escola inclusiva. Didática e TICs: ação pedagógica que visa formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de construir seu próprio conhecimento em uma sociedade que disponibiliza cada vez mais o acesso à informação	60
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa</u> Módulo 1: Cultura, língua e linguagem. Signo, texto e discurso. Contribuições da Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. Norma-padrão e variações linguísticas, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva. Módulo 2: Leitura e escrita como atividade de produção de sentidos. As estratégias cognitivas, contextuais e textuais. Expressão escrita e oral em diversos gêneros textuais. Coesão e coerência. Fundamentos básicos da Linguística, considerando práticas pedagógicas e sociais inclusivas.	80
<u>Tecnologias digitais na educação</u> Perspectiva histórica. Cultura digital e formação docente: perspectivas éticas e políticas. Educação, sociedade e tecnologias digitais. <i>Literacia</i> digital. Leitura crítica da mídia massiva. Desafios e possibilidades das redes sociais para a educação. Recursos Educacionais abertos: práticas e políticas públicas. Autoria e <i>remix</i>. APP e gamificação na educação: práticas contextualizadas. Políticas públicas de inclusão digital na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem e estratégias pedagógicas.	80
<u>OPTATIVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem nos Processos Educacionais</u> Ambiente virtual de aprendizagem centrado na atividade do aluno e na importância da interação social. Novas formas de ensino on-line e estratégias colaborativas através da utilização da internet. Espaço de colaboração online que possibilita a construção coletiva do conhecimento. Desenvolvimento de novas competências, como capacidade de inovar, adaptabilidade, criatividade, autonomia, comunicação. Figura do professor tutor como um facilitador e mediador da aprendizagem. Ações da tutoria, conteudistas e web designers. Tecnologia apoiada em conjuntos de atividades com interesse didático e pedagógico específicos. <i>Literacia</i> digital. Desafios e possibilidades dos ambientes virtuais de aprendizagem para a educação. Políticas públicas de inclusão digital na educação. O potencial colaborativo das ferramentas fórum, wiki e outras ferramentas interativas.	60

SEGUNDO PERÍODO	CH
<u>Filosofia, Educação e Questões Contemporâneas</u> Módulo 1 - A experiência filosófica. Escolha de questões orientadoras, tais como: “Que tipo de homem se quer formar?”, “qual a direção filosófica a ser apresentada às novas gerações?”, “quais são os descaminhos da educação vigente na civilização Ocidental em geral e no Brasil em particular?” etc. Leitura de autores selecionados, para elaboração do pensamento em torno das perguntas formuladas. Módulo 2 - Diálogos entre a filosofia e a educação sob o viés histórico e os interesses temático e metodológico. Especificidades do pensamento filosófico frente à Ciência, Religião e Arte. Modelos de aprendizagem de matriz	80



técnica e filosófica. Investigação de questões e construção de conceitos. Perspectivas epistemológicas, éticas, políticas e estéticas. Filosofia e formação do homem. Cultura e cidadania	
<u>Introdução à Metodologia da Pesquisa</u> Conhecimentos das técnicas de estudo e pesquisa. As relações do homem com o conhecimento científico e o seu processo de produção. Aspectos lógicos da formulação de um problema relevante da investigação científica: o objeto de estudo.	40
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática</u> Módulo 1 - Números; sistemas de numeração; algoritmos das operações; operações e suas ideias; resolução de problemas como metodologia de ensino, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva. Uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino da matemática. Módulo 2 - A história dos números racionais. Os números racionais e suas representações. A metodologia do ensino de frações e recursos didáticos. Operações com decimais e o contexto do dinheiro. O espaço e as relações espaciais na educação infantil. O ensino de geometria nas séries iniciais. A conceituação em Geometria. Identificação e classificação das figuras espaciais e planas. Reconhecimento dos elementos e propriedades das figuras geométricas. Os padrões e instrumentos de medida. Jogos analógicos e digitais, softwares específicos. Compreensão dos parâmetros para o ensino de geometria articulados à análise de livros didáticos e paradidáticos. O ensino da matemática tendo em vista práticas pedagógicas e sociais inclusivas.	80
<u>Antropologia e Educação</u> Breve história da Antropologia. O campo de conhecimento da Antropologia Social. Conceitos e noções antropológicas básicas. Cultura, Etnocentrismo e Relativismo Cultural. Antropologia e Educação: condicionantes histórico-culturais. Pesquisa e educação: a contribuição do método etnográfico.	40
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Ciências Naturais</u> Módulo 1 - O homem e seu meio natural. Percepção dos fenômenos naturais e a ciência formalizada. Princípios da Ecologia. Visão harmônica entre homem e ambiente natural. Preservação ambiental e educação. Saúde e meio ambiente. Educação, saúde e fisiologia: aspectos preventivos, orientação sexual, vícios. Estruturas básicas de atenção à saúde. Módulo 2 - Noções de astronomia. O lugar do homem no universo. Questões relacionadas à expansão do universo. Finitude e infinitude. Borda do universo. Abordagem sobre o Big Bang para levar a compreensão sobre a origem da vida. A genética e seus avanços. Clonagem e transgênicos. Bioética. Relação entre o ensino das Ciências e as TICs, especificamente o uso de softwares educacionais como recurso didático.	80
<u>OPTATIVA: O uso dos multimídias no processo educacional</u> Teoria e prática do uso de linguagens e tecnologias multimídia no processo educacional.	60

TERCEIRO PERÍODO	CH
<u>Arte e Educação *</u> Arte no desenvolvimento da percepção, do conhecimento e da expressão. A linguagem da arte como produtora de	40



sentidos. Dimensão criadora e integradora da arte no processo educativo. Caráter transdisciplinar e multicultural da arte. Fundamentos estéticos e artísticos da educação em arte. Arte na educação escolar. Expressão plástica como linguagem. Imaginação criadora e arte como jogo. Espaço experiência e espaço gráfico. História e grafismo. Aquisição da linguagem gráfica. O desenho das crianças. Técnica, expressividade e interpretação de imagens. Interação e complementaridade entre as artes. Metodologia tríplice: contextualizar, apreciar e fazer.	
<u>Educação e Movimentos Sociais</u> A ordem mundial globalizada e as políticas de orientação neoliberal. Histórico dos Movimentos Sociais na luta contra a exclusão. A pedagogia dos movimentos sociais. O papel dos Movimentos Sociais na proposição de um novo paradigma de participação popular e de uma nova cultura política. A democracia no interior da escola.	40
<u>Intertextualidades: linguagem verbal e não verbal*</u> Estudo das linguagens do ponto de vista da Semiótica do Texto. Abordagem interdisciplinar: Língua, Cultura, Arte e Educação, considerando práticas pedagógicas e sociais inclusivas.	40
<u>Tópicos especiais em educação não formal</u> Problematização da educação dita formal, escolarizada. Percepção do fenômeno educativo em suas variantes não formais e informais. Compreensão das especificidades pedagógicas em diferentes ambientes não escolares. Correlação com outros conceitos: transversalidade, educação permanente, cidade educativa, educomunicação, educação em rede, inclusão em educação etc.	40
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia</u> Módulo 1 - Geografia como ciência: integração entre os diversos ambientes vividos pelo aluno, fornecendo-lhe uma visão mais completa do espaço construído pelo trabalho da humanidade ao longo de um processo histórico. Construção de conceitos-chave a serem desenvolvidos ao longo do curso como: Espaço, paisagem, território, região e lugar. A cartografia como forma de representação espacial na Geografia. Módulo 2 - O processo de construção da noção de espaço na criança. A alfabetização cartográfica/espacial/geográfica. O construtivismo e a Teoria sócio-histórica na interface com a aprendizagem geográfica nos Anos Iniciais. Ferramentas tecnológicas no trabalho de campo e na pesquisa virtual. Utilização de <i>softwares</i> para dinamização do conteúdo, para a localização e para o mapeamento do espaço. Uso de registros fotográficos.	80
<u>Sociologia da Educação</u> As relações entre sociedade, economia, política e educação. O processo histórico-social como fator de interferência no processo educacional. A educação como processo socializador. O estudo sociológico da escola. Educação e cidadania. Pobreza e escolarização. Analfabetismo e exclusão social. A educação e a comunicação na atualidade.	60
<u>* OPTATIVA : Como analisar filmes em sala de aula</u> Introdução ao estudo da análise fílmica voltada para o trabalho na educação básica a partir de filmografia relacionada a importantes contribuições para a linguagem cinematográfica.	60



QUARTO PERÍODO		CH
<u>Fundamentos e Metodologias para a Educação Infantil</u>	A construção social do conceito de infância. História e política do atendimento à criança no Brasil: assistencialismo e educação. As políticas educacionais para a criança de 0 a 6 anos. A legislação brasileira e a educação infantil.	40
<u>Introdução à literatura Infanto-Juvenil *</u>	A literatura infantil: das fontes orais e populares à afirmação do gênero do séc. XIX e suas transformações até as produções de autores contemporâneos, considerando práticas pedagógicas e sociais inclusivas.	40
<u>Currículo e Avaliação da Aprendizagem: questões teóricas e práticas</u>	PARTE 1 - Currículo e Projeto político pedagógico. Teorias sobre Currículo. Parâmetros, Referenciais, Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais para Educação Básica. Currículo e Tecnologias. Currículo em uma Escola Inclusiva. PARTE 2 - Avaliação: princípios, teorias e práticas. Estudo da avaliação como instrumento para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem. O processo de avaliação tendo em vista o processo de inclusão.	40
<u>Alfabetização I</u>	Bases epistemológicas da alfabetização: constituição sociocultural e discursiva do sujeito e a interrelação aprendizagem e desenvolvimento, linguagem, pensamento e grafismo; o Construtivismo e a língua escrita como objeto de conhecimento. Questões contemporâneas sobre a alfabetização: relações entre cultura escrita/do escrito e oralidade, letramento e alfabetização e a formação do sujeito-autor leitor e escritor.	80
<u>Práticas Pedagógicas na Educação Infantil</u>	O professor de Educação Infantil. A criança: características e necessidades. A organização do escolas de Educação Infantil e creches: espaço e ambiente. Planejamento, interdisciplinaridade e avaliação na Educação Infantil. Relacionamento com as famílias. Currículo oficial e Projetos Pedagógicos.	40
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de História</u>	Módulo 1 - Ensino-Aprendizagem de História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação do saber histórico escolar no Brasil a partir da matriz francesa, marcos de mudança (1838, 1895, anos 30, etc., dos Estudos Sociais ao retorno da História) Historiografia sobre a formação da sociedade brasileira, sociedades nativas, “o sentido da colonização” e a escravidão nos períodos colonial e monárquico, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva. Módulo 2 - A formação do cidadão brasileiro da monarquia às repúblicas. Ensino-aprendizagem de História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de eixos temáticos. A construção do conhecimento histórico em sala de aula através de diferentes tipos de documentos (escritos, iconográficos, memórias) e respectivas metodologias. O ensino da história na era da informática. Recursos multimídias, acesso a programas, bancos de dados e referências bibliográficas e iconográficas.	80
<u>*OPTATIVA: Literaturas Africanas em Expressão Portuguesa</u>	Fundação e desenvolvimento das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Oralidade e ensino de língua portuguesa. O século XIX e a imprensa. O século XX e os marcos da renovação das letras africanas. A literatura pós-colonial. Tendências contemporâneas.	60



QUINTO PERÍODO		CH
<u>Fundamentos e Metodologias para a Educação Infantil</u> A construção social do conceito de infância. História e política do atendimento à criança no Brasil: assistencialismo e educação. As políticas educacionais para a criança de 0 a 6 anos. A legislação brasileira e a educação infantil.	40	
<u>Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental*</u> Papel social da escola e concepções de ensino e aprendizagem no ensino fundamental. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes curriculares para a educação básica, etapa do ensino fundamental: relação com plano de Ensino e Plano de aula. O cotidiano escolar dos anos iniciais do ensino fundamental.	40	
<u>Psicologia na Educação</u> Visão epistemológica da Psicologia. Campos de estudo e de aplicação, métodos de investigação. Bases para o estudo do desenvolvimento humano. Os modelos de desenvolvimento de Sigmund Freud, Henri Wallon, Jean Piaget e Lev Vygotsky.	60	
<u>Alfabetização II</u> Histórico da alfabetização no Brasil. Classificação geral dos métodos. Práticas de leitura e escrita na escola e fracasso escolar. Formação e trabalho docente na alfabetização. A literatura e as primeiras experiências leitoras. Bases curriculares nacionais para a alfabetização - Letramento e Alfabetização nas Políticas Públicas de Educação para Crianças, Jovens e Adultos no Brasil.	80	
<u>Pesquisa</u> Módulo 1 - A estruturação e construção de projetos de pesquisa, para trabalho de conclusão de curso (TCC), fundamentada em investigações bibliográficas. As múltiplas possibilidades de Trabalho de Conclusão de Curso: monografia; artigo (Ver regulamento de TCC). Considerações sobre a relevância do conteúdo e da decisão metodológica na construção de projetos de pesquisa. Módulo 2 - Acompanhamento da elaboração do projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso, sob supervisão do Orientador de TCC. Normas técnicas de apresentação de trabalhos monográficos e científicos: ABNT	80	
<u>*OPTATIVA: Produção Artesanal de Recursos Didáticos</u> Análise de diferentes recursos didáticos e suas linguagens, objetivando utilizá-los como ferramentas facilitadoras e enriquecedoras do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Critérios para a seleção e a utilização de recursos didáticos nas diversas situações pedagógicas. Produção artesanal de materiais didáticos.	60	
<u>Estágio: Educação Infantil</u>	100	

SEXTO PERÍODO		CH
<u>Práticas Pedagógicas na Educação Especial e Inclusão *</u> Estudo das terminologias do estigma à deficiência; estudo de diferentes concepções teóricas do desenvolvimento humano e suas implicações nas práticas pedagógicas e metodológicas (Vygotsky/Feuerstein, Piaget/Wallon, Paulo Freire, dentre outros) com respostas educacionais às barreiras à aprendizagem e à participação: altas habilidades, auditiva, física, mental, múltiplas e visual. Planejamento e avaliação para o público-alvo da Educação Especial:	40	



construção da leitura e da escrita. Conhecimento, discussão e análise das mudanças na última década do século XX. Reflexão, discussão e análise sobre a aprendizagem e a inclusão e suas práticas; Instrumentalização dos futuros docentes, que atuarão em todas as fases do desenvolvimento, com conhecimentos sobre a pessoa com deficiência; e Questões contemporâneas do desenvolvimento humano e suas implicações no cotidiano do indivíduo com deficiência, eliminando/minimizando as barreiras à aprendizagem e participação. Mediação, Aprendizagem, Desenvolvimento e Inclusão.	
<u>Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental</u> Organização do trabalho pedagógico com base nas demandas dos alunos em uma perspectiva de Inclusão em Educação. Propostas educacionais e práticas pedagógicas: o cotidiano das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Planejamentos e planos de aula para os anos iniciais do ensino fundamental. Relação entre professores e alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Currículo, multiculturalidade e práticas pedagógicas.	40
<u>Fundamentos e Metodologias para Educação Especial e Inclusão</u> Marcos históricos e legais da Educação Especial (EE). Leis e Legislação, diretrizes curriculares nacionais. Atuação com alunos público-alvo da EE. Estigma. Identidade/Alteridade. Eliminação/minimização de barreiras à aprendizagem e participação. Mediação Pedagógica e de Conflito, sob a perspectiva do pensamento de Vygotsky/Feuerstein, a afetividade de Piaget/Wallon, Freire, dentre outros. Inclusão do sujeito social, acadêmica, profissionalmente e com êxito.	60
<u>Fundamentos e Metodologias para o Ensino Médio</u> Ensino Médio: histórico, finalidade e identidade. Estudantes do Ensino Médio, organização da etapa e desenvolvimento do currículo. Projeto político-pedagógico e orientações para o oferecimento do Ensino Médio pelos sistemas de ensino. A Base Nacional Comum Curricular. Possibilidades de atuação do Pedagogo no Ensino Médio.	60
<u>Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos</u> A alfabetização de adultos: fundamentos teóricos-metodológicos. Educação de jovens e adultos na modalidade a distância. O ENCCEJA. O planejamento na EJA. O currículo na EJA. Informática e a educação de jovens e adultos; Recursos de informática e o ensino.	60
<u>Música e Educação</u> Música e pensamento simbólico. Funções sociais da música. Campos musicais populares e eruditos. Integração social através da música. Desenvolvimento infantil com recursos musicais; motricidade, cognição, fabulação e criatividade.	40
<u>*OPTATIVA: Dificuldades de Aprendizagem e TGD</u> Caracterização e histórico das dificuldades de aprendizagem (DA) e transtornos gerais do desenvolvimento (TGD). Intervenções pedagógicas e institucionais em alunos com DA e TGD. Etiologia através de estudos de caso. Contribuições através das diferentes correntes pedagógicas.	60
<u>Estágio: Ensino Fundamental- Regular e EJA</u>	100



SÉTIMO PERÍODO		CH
<u>Tópicos especiais na Educação do Campo/Quilombola/Indígena*</u> Escola de campo, quilombola e indígena, enquanto modalidade da educação básica brasileira com formas específicas de organização metodológica e de gestão das escolas; relação orgânica entre os meios de vida comunitário e escolar: a Pedagogia da Alternância em diálogo com a realidade camponesa, indígena e quilombola; políticas públicas: garantia da igualdade como princípio e o reconhecimento da diferença como valor. As políticas de inclusão, de ações afirmativas, de diversidade e de diferença, e os movimentos sociais contemporâneos de cunho identitário.	40	
<u>Tópicos especiais na Educação a Distância</u> Educação a Distância: políticas para formação de professores. Educação a distância, educação on-line e ensino híbrido (semipresencial ou blended learning). Adoção de recursos on-line como apoio ao ensino presencial. Principais Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA): Moodle, AulaNet, Google Classroom, e-proinfo e TelEduc. Universidade Aberta do Brasil: política de democratização X massificação? Produção de materiais didáticos para EaD. Interatividade. Docência partilhada: os principais perfis docentes no planejamento, implementação e gestão de cursos. Perfil do aluno da EaD: autonomia e adesão ao curso.	40	
<u>Educação das Relações Étnico-Raciais*</u> Análise e reflexão sobre o lugar dos conceitos: etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença, decolonialidade para a construção da educação antirracista, nos currículos e nas ações afirmativas e políticas nacionais para a promoção da inclusão. O processo e a dinâmica de relações étnico-raciais equânimes e horizontais.	60	
<u>Movimento e Expressão Corporal</u> Corpo, movimento e expressão. Aspectos históricos, antropológicos e culturais. O corpo e a relação com o outro. Consciência corporal e identidade. Noção de corporalidade como promotora de presença e de inclusão. Ludicidade.	60	
<u>*OPTATIVA: Laboratório Pedagógico: Diversidade, Cultura, Gênero e Meio Ambiente</u> Compreensão das tensões e conflitos de diversidade cultural e gênero no processo formativo de docentes. Percepção da necessidade de ampliar os canais de diálogo das particularidades pedagógicas e as demandas sociais e culturais na atualidade.	60	
<u>Estágio: Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar</u>	100	

OITAVO PERÍODO		CH
<u>Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS</u> Pensamento e Linguagem. Surdez e bilinguismo; formação da subjetividade da criança surda; inclusão social; o papel da família na educação da criança com necessidades educacionais especiais auditivas. (LIBRAS) Língua Brasileira de Sinais. Formação de docentes de Educação Infantil e Anos Iniciais do EF. LIBRAS e inclusão social do surdo e o seu acesso à cidadania plena. Gramática básica, aspectos linguísticos e símbolos icônicos e classificadores da LIBRAS. Importância das expressões faciais, corporais e dos recursos visuais na comunicação com surdos, considerando práticas pedagógicas e sociais inclusivas.	60	



<u>Fundamentos, Princípios, Gestão e Organização do Trabalho na Educação</u>	
Módulo 1 - A organização do ensino no Brasil: determinantes históricos, estruturais e conjunturais da gestão da educação. O sistema educacional brasileiro: organização e funcionamento nos aspectos filosóficos, políticos, normativos, administrativos e técnico-pedagógicos. A gestão da escola pública, sua trajetória e perspectivas. Módulo 2 - A gestão da educação e da escola e a formação dos gestores. O papel do gestor escolar: importância, perfil e qualificação. Princípios da Supervisão, Orientação e Administração Educacional. Órgãos colegiados da escola: papel, composição e atuação. A gestão da escola como processo coletivo e o planejamento participativo. A organização e a dinâmica da escola: projeto político-pedagógico, regimento escolar, plano da direção. Planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico. Ética no exercício profissional.	80
<u>Política, Estado e Educação</u>	
Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas Educacionais. Estado e educação. Políticas educacionais e legislação do ensino: educação básica e educação superior. Educação e cidadania, o papel político e social da escola. O espaço público e o controle social em educação. Políticas de Formação de Professores	60
<u>TCC</u>	60
<u>Estágio: Gestão</u>	100

ANEXO 3: CORPO DOCENTE

PERFIL MACRO DO CORPO DOCENTE- 2018:1

(Professores efetivos do curso/ministram disciplinas no período)

Titulação	Total	%
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	03	6,38%
Pós-graduação <i>Stricto Sensu- Mestrado</i>	23	48,94%
Pós-graduação <i>Stricto Sensu- Doutorado</i>	21	44,68%
Total	47	100%

Titulação- agrupamento de nível de titulação	Total	%
Pós- Graduação <i>Stricto Sensu (mestrado e doutorado)</i>	44	93,62%
Pós- Graduação <i>Lato Sensu</i>	03	6,38%

Considerando os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, previstos no Instrumental de Avaliação para ato regulatório de Reconhecimento (2017) observamos que o curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro: 93,62% dos docentes que atuam na graduação possui pós-graduação *stricto sensu (Mestrado e Doutorado)*;



ANEXO 4: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR

A Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar se configura como um dos campos de estágio, conforme a **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006** que *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da DOCÊNCIA na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

Dois documentos organizam a área técnica de nível médio: RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Neste documento, denomina-se de Eixo Desenvolvimento Educacional e Social e compreende os cursos:

- Técnico em Alimentação Escolar;
- Técnico em Biblioteconomia;
- Técnico em Infraestrutura Escolar;
- Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza;
- Técnico em Ludoteca;
- Técnico em Multimeios Didáticos;
- Técnico em Orientação Comunitária;
- Técnico em Secretaria Escolar;
- Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngues em Libras/Língua Portuguesa;
- Técnico em Tradução e Interpretação de Libras,

O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange:

- Planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas;
- Construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios;



- Respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social;
- Integração de indivíduos na sociedade;
- Melhoria de qualidade de vida.

A área de serviços e de apoio escolar tem como característica: Fornecer suporte administrativo-pedagógico nas escolas de Educação Básica, tais com: Secretarias escolares; Laboratórios; Instalações esportivas; Hortas; Alimentação escolar; Multimeios didáticos; Infra-estrutura material e ambiental; e outros ambientes requeridos pelas diversas modalidades de ensino.

São competências profissionais gerais do técnico da área:

- Identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
- Assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir do estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento educação escolar;
- Identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- Reconhecer e constituir identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- Cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- Formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- Dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- Coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infraestrutura material e ambiental;
- Redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais, para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.